

-----ATA N.º 7-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----Aos 29 dias do mês de junho de 2020, pelas 21.00h reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no salão nobre dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, assegurando o cumprimento das normas em vigor de afastamento físico resultantes da pandemia COVID-19, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----1 - Proposta n.º 8/AM/2020 - Votos, moções e recomendações;-----

-----2 - Proposta n.º 33/CM/2020 - Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do ano de 2019, do Município de Torres Vedras;-----

-----3 - Proposta n.º 34/CM/2020 - Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades, do ano de 2019, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----4 - Proposta n.º 29/CM/2020 - Processo de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04 – Freguesia de Ponte do Rol;-----

-----5 - Proposta n.º 32/CM/2020 – Autorização para “Municipalização do serviço de gestão de resíduos urbanos”;-----

-----5.1 - Criação e integração na estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, do serviço municipalizado de gestão de resíduos urbanos;-----

-----5.2 - Alteração à Estrutura Orgânica e ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais – Câmara Municipal de Torres Vedras e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----5.3 - Mobilidade na categoria e/ou a reafectação dos postos de trabalho de 118 trabalhadores;

-----5.4 - Transição de contratos, imobilizado e inventários para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----5.5 - Alteração do Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;-----

-----5.6 - 2.ª Revisão ao PPI e Orçamento receita/despesa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, ano 2020;-----

-----6 - Cuidados de Saúde:-----

-----6.1 - Proposta n.º 12/AM/2020 – Acompanhamento de execução do protocolo de cooperação celebrado em 12/02/2020 entre o Município de Torres Vedras e o Centro Hospitalar do Oeste;-----

-----6.2 – Proposta n.º 13/AM/2020 - Atendimento em Cuidados de Saúde Primários no Concelho de Torres Vedras;-----

-----7 - Proposta n.º 35/CM/2020 – Autorização para a celebração de contratos de concessão e fixação de condições gerais para “Utilização de recursos hídricos - para conceção, construção/adaptação e exploração de equipamentos com funções de apoio de praia, no concelho

de Torres Vedras”; -----

----**8** - Autorização para assunção de compromissos plurianuais: -----

----**8.1**- Proposta n.º 31/CM/2020 – Empreitada de saneamento da Sendieira – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

----**8.2**- Proposta n.º 36/CM/2020 – Fornecimento de Betão betuminoso AC Surf Ligante e AC 14 Reg Ligante (BC) para reparação de diversas vias do concelho de Torres Vedras – ao abrigo do Acordo Quadro n.º 7/2028 – Central de Compras da OesteCIM, Lote 10; -----

----**8.3**- Proposta n.º 37/CM/2020 – Aquisição de serviços para implementação do Programa “Atitude Positiva” no âmbito da 2.ª fase do Programa Aluno ao Centro; -----

----**8.4**- Proposta n.º 38/CM/2020 – Empréstimo de médio/longo prazo para financiamento da construção da Escola Básica do Ramalhal, até ao montante de €5.170.000,00; -----

----**9** - Autorização para contratação de empréstimos:-----

----**9.1** - Proposta n.º 39/CM/2020 – Empréstimo de médio/longo prazo para financiamento de diversas intervenções na rede viária municipal, até ao montante de €1.685.000,00;-----

----**9.2** - Proposta n.º 40/CM/2020 – Empréstimo de médio/longo prazo para financiamento da reabilitação de edifícios destinados a residências universitárias, no âmbito do IFRRU 2020, até ao montante de € 420.345,50;-----

----**10** - Proposta n.º 9/AM/2020 – Informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

----**10.1** - Informação sobre competências delegadas: -----

----**10.1.1** - Proposta n.º 10/AM/2020 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 9/11/2018); -----

----**10.1.2** - Proposta n.º 11/AM/2020 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica de 30/11/2018);-----

----**11** - Proposta N.º 30/CM/2020 - Alteração do júri do procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de divisão de construção e manutenção de infraestruturas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Augusto de Carvalho, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Ana Rita Vilela Ribeiro (segundo secretário). -----

----Estiveram presentes os deputados municipais: -----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Castelo, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da

Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luís Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins e Miguel Jorge Santos Samarão.-----

-----Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Maria João Pinto Correia.-----

-----Período Antes da Ordem do Dia:-----

**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:**-----

-----O primeiro secretário, leu o documento recebido pela mesa, o qual foi numerado e rubricado, e irá ficar arquivado em pasta própria, anexa ao livro de atas.-----

**SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI 169/99, DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

---- Presente mail da líder do grupo municipal do PCP datado de 21/07/2020 a informar que por questões de saúde a deputada municipal Ana Paula Mota vai ser substituída por Miguel Jorge Santos Samarão, que se encontrava presente.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FEIRA DE S. PEDRO:**-----

-----O *deputado municipal Rui Lopes* lembrou que sendo hoje dia de S. Pedro, tradicionalmente estariam a visitar a feira centenária em título a qual espelha a história da região e ano após ano unia os torrienses dando uma nova dinâmica às atividades empresariais. Por esta altura estaria já no seu 5.º dia de atividade, com expectativas de mais uma vez receber cerca de 200 mil visitantes, nesta que feira que ganhou fama de ser a maior feira agro comercial da região oeste, atraindo todos os anos milhares de empresários e traduzindo-se numa grande oportunidade para negócios.-----

-----Reforçou que este ano, pelas razões conhecidas, não foi possível a sua realização, mas seria importante com esta sua intervenção assinalar o esforço diário que os empresários do concelho fazem nos dias que correm para manter as suas portas abertas e a garantir emprego, deixando uma palavra de apreço e gratidão pela sua capacidade de ultrapassar as circunstâncias em que a pandemia os deixou a todos. Acredita que para o ano se voltará a cumprir esta tradição e que a feira

será ainda melhor. -----

----O **presidente da Câmara** agradeceu palavras concordando que este seria um dia mais feliz para todos se estivessem a celebrar a secular Feira de S. Pedro.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**EPOCA BALNEAR:** -----

----O *deputado municipal Rui Lopes*, em nome do Grupo Municipal do PS saudou a abertura de mais uma época balnear, no sábado passado e este ano foi batizada pelos 3S – saúde, segurança e sustentabilidade, pilares que assentam nas preocupações constantes do município, referindo que foram implementadas algumas novidades, tais como o reforço dos meios de segurança e vigilância com uma moto 4 que se junta ao veículo “Praia Segura” e ainda vigilância por parapente, um projeto inovador no litoral que complementa o trabalho efetuado pelos nadadores salvadores no seu dia a dia. Saudou também a iniciativa de colocar assistentes nas entradas de algumas praias, tendo em conta o condicionamento nos níveis de ocupação definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente e trabalhada em parceria com os técnicos do município.-----

----Por último lembrou a abertura de uma praia para banhistas que se fazem acompanhar pelos seus cães, a Praia das Amoeiras, onde foram asseguradas as questões de higiene e segurança, sendo uma medida há muito desejada pela população expressando um “bem haja” pela coragem da decisão.-----

----Acreditam assim estarem reunidos e assegurados todos os fatores necessários para que seja um verão de excelência.-----

----O **presidente da Câmara** confirmou que a época balnear começou dentro da normalidade possível e dentro das contingências que se vivem neste momento no país, para a qual a autarquia contribuiu com muito trabalho em termos de segurança, mas também um trabalho muito consistente na promoção da costa para acolher os veraneantes de 27 de junho até 13 setembro.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:** -----

----O *deputado municipal João Rodrigues* deu a conhecer ao plenário que a divulgação anual dos números de segurança interna de 2019, confirmam a violência doméstica como um dos crimes mais denunciados e revela este flagelo como uma das ameaças à segurança interna do país e o BE teme que a situação se tenha agravado no período de confinamento devido à pandemia pois obrigou vítimas e agressores a coabitar no mesmo espaço durante um longo período de tempo, sem opção de fuga.-----

----Indicou que esta preocupação é reforçada pelas palavras da ministra da Justiça que se diz preocupada com o aumento da violência doméstica e ainda pelo facto de na passada sessão terem ouvido do presidente da CPCJ de Torres Vedras a constatação de um aumento de casos

relacionados com a violência doméstica, pelo que querem saber se o Executivo já tem dados referentes ao número de queixas de violência doméstica no concelho e que respostas estão a ser dadas neste momento às vítimas.-----

-----O **presidente da Câmara** agradeceu a intervenção à qual iria responder por escrito.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**A-DOS-CUNHADOS – ELEVACÃO A VILA:** -----

-----O *presidente de junta da união de freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira*, **Nuno Cosme** pediu a palavra para assinalar o 25.º aniversário da elevação da aldeia de A-dos-Cunhados a vila que ocorreu no dia 21 de junho de 1995, dia em que a população viu este anseio realizar-se, fruto de trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelo autarcas e pelas forças vivas da terra, sendo esta freguesia rural a maior do concelho e a que mais que se tinha desenvolvido nos últimos anos.-----

-----Esta aspiração de toda a comunidade local foi apresentada pelos Srs. Manuel Jorge, Vitor Vitorino e Isabel Feijão à Assembleia Municipal, presidida na altura por Alberto Avelino, que a aprovaria por unanimidade e, como atual presidente do executivo da junta de freguesia tem o privilégio, honra e responsabilidade de continuar essa celebração. -----

-----Agradeceu também a todos os autarcas que ao longo dos anos têm sabido manter vivos os objetivos sonhados então, mantendo a centralidade da vila em relação a toda a freguesia, potenciando o desenvolvimento económico da região, aportando diversos equipamentos e serviços públicos, atraindo um grande número de cidadãos para a freguesia, continuando assim na senda de um progresso sustentável da qualidade de vida. Esta data deve a todos encher de orgulho, estando todos fregueses de parabéns.-----

-----O **presidente da Câmara** endereçou os seus parabéns a toda a comunidade, manifestando-se grato pela evolução que este território teve ao longo de 25 anos, considerando relevante o envolvimento dos seus residentes assim como de todos os autarcas para que a transformação deste território seja permanente. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**POSTO DE TURISMO – LARGO DE HAVANEZA:** -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo*, interveio para dar nota que recentemente passou pela Loja Marca que se localiza no largo em título, constando que aí voltou a funcionar o posto de turismo do concelho de Torres Vedras, medida que o CDS-PP entende como positiva, apesar de também entender ser um passo atrás, não sabendo se o Executivo conseguiu constatar que de facto, com as artérias completamente bloqueadas, os turistas e os que os visitam não conseguem chegar ao posto que foi instalado nos Paços do Concelho, esperando assim que outras medidas que foram tomadas e que de certa maneira lesam os interesses dos torrienses, também possam ser revertidas, pois não há vergonha nenhuma dar um passo atrás quando se constata que não funcionaram. -----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que a gestão da marca Torres Vedras não pode ser feita pela Promotorres por questões legais, pelo que a Câmara Municipal está a trabalhar para a sua consolidação, daí a transformação em posto de informação turística, o mesmo local da loja marca.

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**INAUGURAÇÃO DA REDE DE CICLOVIAS URBANA:**-----

-----O *deputado municipal Nelson Aniceto* interveio no sentido de assinalar que no passado dia 10 de junho foi inaugurada a rede de ciclovias de Torres Vedras numa pequena cerimónia que decorreu junto ao monumento Joaquim Agostinho, sendo o culminar de um trabalho e de uma visão com alguns anos mas que possibilita que finalmente Torres Vedras conte ao dia de hoje com 12 km de espaços dedicados e partilhados a que se junta o sistema de bicicletas urbanas “agostinhas” com 19 bike stations ativas e cerca de 850 utilizadores.-----

-----Assinalou ainda que por trás deste projeto há razões de sustentabilidade e de segurança na deslocação dentro da própria cidade, sendo um projeto que foi cofinanciado por fundos europeus e que permitiu ao município concretizar um projeto desta envergadura com fundos próprios reduzidos. Referiu ainda que se trata de um projeto com visão, qualidade e benefícios para a população e para a cidade que não são apenas conhecidos pelos torrienses, mas também por todos os parceiros do município no âmbito da sustentabilidade.-----

-----Por último saudou a iniciativa e a merecida homenagem a 10 personalidades que marcaram o ciclismo em Torres Vedras e que dão nome a troços da rede de ciclovia: António Valentim dos Santos, Francisco Inácio, Francisco Miranda, Hernani Broco, João Roque, Joaquim Agostinho, Joaquim Bonabal, Jorge Silva, Leonel Miranda e Pedro Polainas.-----

-----O **presidente da Câmara** assinalou que foi mais um passo importante na mobilidade sustentável, agradecendo as palavras do deputado municipal em relação a esta infraestrutura que está ao serviço dos torrienses que faz parte dum projeto que querem ver partilhado com as agostinhas, que também tiveram um incremento importante, para o qual contribuiu a formação que foi feita aos mais jovens com a mini-agostinhas, num trabalho levado a cabo nas escolas.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TRANSPORTES PÚBLICOS:**-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* tomou a palavra para lembrar que o problema dos transportes públicos, que referiu noutra sessão e que o edil classificou de demagogia não só se mantém como piorou, não só em Torres Vedras, mas também na grande Lisboa e Vale do Tejo, neste caso com as tais carreiras que vão para Lisboa com muitas pessoas, por causa da dimensão.

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que tem vindo, quer junto da autoridade de transportes quer do operador, a sensibilizar para a melhoria do serviço prestado e recebeu informação do aumento da oferta, o que é importante em função do aumento da procura.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**APOIO PSICOLÓGICO:**-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* deu nota que recebeu os números da Câmara Municipal sobre o apoio psicológico, mas interveio para salientar que o apoio a que se referia nas suas intervenções não era só telefónico, mas também ao apoio concreto dos atendimentos presenciais, que constatou terem sido realmente muito poucos.-----

-----Nesta sequência solicitou ao presidente da Mesa que esta informação fosse partilhada com todos os deputados aproveitando para apelar aos Presidentes de Juntas que nas freguesias que presidem, avaliem as condições de alguns lares ilegais que existem no concelho segundo admitiu o edil. -----

-----O *presidente da Câmara* informou que se trata do normal funcionamento dos serviços, num trabalho que fazem diariamente com toda a transparência, -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CULTURA - COMUNICAÇÃO - CONTRATAÇÃO PÚBLICA:**-----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* disse que gostaria de dar a conhecer ao plenário factos concretos sobre os dados que lhe foram enviados sobre os departamentos de cultura e o de comunicação embora em relação à cultura os dados estejam incompletos, começando logo por faltar o chefe de divisão da cultura, como outros que não estão lá, além dos outros indiretos. -----

-----No caso da comunicação, é muito grave o que acontece, parecendo-lhe que têm um grande número de pessoas além de investimento de fora, e tendo a ideia que a autarquia tem técnicos e trabalhadores de altíssima qualidade, não percebe a razão de terem contratado por exemplo uma empresa externa, para pagar mais de 2 mil euros por mês, para fazer assessoria de comunicação mediática. Para além disso, todos os contratos de que está a dar nota nesta sua intervenção foram feitos durante a pandemia, licitamente com certeza, questionando apenas do ponto de vista político. -----

-----Acrescentou que tendo sido referido há pouco numa intervenção a “marca Torres Vedras”, solicitou que o presidente da Câmara lhe dissesse qual é o número que está no Instituto Nacional de Atividade Industrial, porque a mesma não aparece registada. -----

-----Questionou também sobre um contrato para a gestão de eventos, no valor de € 74.794,00 mais IVA, assim como um contrato de aquisição de serviços, em regime de avença, para apoio ao tratamento de estudo do acervo fotográfico de Eduardo Gageiro, no valor de 50 mil euros, mas mais grave do que isso, um contrato de aluguer locação de Eduardo Gageiro, o fotografo que fotografou no 25 de abril, por €54.000,00, dando nota que a Câmara de Lisboa comprou o próprio espólio, a este mesmo artista, por quarenta e tal mil euros.-----

-----Depois referiu um contrato de aquisição de obras para o desenvolvimento da “Fábrica das Historias Jaime Umbelino” já neste mês de junho por 12 mil euros, mais um com a sogra da

vereadora, bem como a própria revista para a COVID-19 de 10 mil euros mais IVA. Referiu que são muitos os montantes em causa quando se precisa de gerir melhor os dinheiros públicos nesta altura.

-----No que se refere à cultura alertou para a gravidade do que está a acontecer com a aquisição de um novo contrato para diretor do Teatro Cine, que não está em exclusivo, pelo que tem que questionar se a autarquia precisa de contratar tanta gente de fora, porque têm trabalhadores altamente qualificados que precisam de ser motivados, e é um desrespeito para com muitos deles. Referiu que são inúmeros os exemplos e não vai perder mais tempo, apesar de achar que não é perder tempo, mas alertar para que se reflita e se pense. -----

-----Relativamente à questão da agência de comunicação o *deputado municipal António Carneiro* explicou que o trabalho feito por um gabinete de comunicação e por uma agência de comunicação é distinto e se não houver em Lisboa um *lobby* das agências de comunicação a meter as notícias, não sai nada, já que hoje em dia tudo funciona assim, daí que contratar uma agência de comunicação é corretíssimo. -----

-----A propósito desta última intervenção a *deputada municipal Rita Sammer* fez notar que notícias na comunicação social nacional não tem faltado a Torres Vedras, mas não têm sido boas notícias, lembrando que o contrato para esta aquisição de serviços, aconteceu pouco depois da condenação do edil por ter cometido o crime de plágio. Assim, no seu entender é preciso perceber que se a agência de comunicação serve para abafar certo tipo de notícias, e que também têm que estar preparados para assumir a responsabilidade das escolhas que fazem, pois ouvem neste plenário repetidas vezes dizer que o dinheiro não é elástico e não dá para tudo mas dá para algumas coisas e para isto deu.-----

-----Também sobre comunicação o *deputado municipal, Sérgio Jacinto* recordou que o município tem uma empresa municipal – Promotorres - que sobre comunicação e promoção diz tudo, tendo, entre outras, atribuições na promoção do município de Torres Vedras, da marca Torres Vedras e da região. Para além disso, a autarquia tem nos seus quadros pessoas qualificadas que reputa de bons profissionais na área da comunicação e numa altura de crise extraordinária do ponto de vista familiar, social, económica, financeira e de saúde pública, de tantas famílias torrienses, empresas e portugueses, gastar cerca de 20 mil euros em comunicação é um dar “tiro no pé”, a menos que se queira esconder alguma coisa, ou que se queira que essa empresa de comunicação faça notícia, sendo ainda mais grave quando essa empresa nem é do município. -----

-----Pedi novamente a palavra o *deputado municipal António Carneiro* reforçando que o papel de uma agência de comunicação é alavancar e penetrar nos meios de comunicação, coisa que um gabinete do município tem dificuldades em fazer.-----

-----O *presidente da Câmara* no que diz respeito à agência de comunicação informou que a mesma começou aquando da cidade europeia do vinho, com bons resultados no conjunto de ações que



desenvolveram para o evento e com a mesma têm trabalhado com o objetivo muito claro de promover Torres Vedras e de o concelho se posicionar, quer nacional, quer internacional em vários domínios. -----

----Assentiu que os técnicos da Câmara Municipal são excelentes profissionais, mas este foi um aspeto que decidiram melhorar após auscultação aos serviços, fruto da cooperação com quem trabalham diariamente e sem ter que encontrar subterfugio como o deputado municipal Nuno Henriques tentou passar na sua mensagem. -----

----Repudiou as palavras da deputada municipal Rita Sammer pelo estilo de política que está a fazer e, que jamais imaginou que fizesse. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **PUBLICIDADE:** -----

----O *deputado municipal Nuno Henriques* questionou, relativamente à estética da publicidade que se faz no concelho, se há alguma cor favorita, ou alguma proibida. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **PRÉMIO - AGUARDENTE PERA ROCHA:** -----

----O *deputado municipal António Carneiro*, pediu a palavra solicitar à Câmara Municipal que transmita os parabéns ao Eng.º Manuel Guizado da Quinta da Povoia, Aldeia da Serra, Freguesia do Turcifal por ter recebido um prémio Intermarché de produção nacional, o qual, apesar de se tratar de um prémio de uma entidade privada, tem o apoio institucional do ministério da Agricultura e do ministério do Ambiente e que teve uma promoção e menção em termos de imagem e uma menção no Expresso de há 2 semanas muito significativa. O prémio incide sobre uma aguardente de pera rocha com uma excelente apresentação e com o nome “o velho narigudo”. -----

----O *presidente da Câmara* informou que a autarquia tem sido um apoiante na íntegra do projeto do Eng.º Manuel Guizado e presente na primeira linha da promoção deste produto local, através do gabinete de apoio às empresas. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **JORNAL BADALADAS:** -----

----O *deputado municipal António Carneiro* deu a conhecer ao plenário que o Badaladas atravessa uma situação difícil, temendo mesmo que, se algo não se fizer, verão desaparecer um jornal fundado em 1948 pelo Padre Joaquim Maria de Sousa tendo em conta a realidade da imprensa escrita que é irreversível, salientando que este semanal chegou a tirar 12 mil exemplares e neste momento tira 8 mil, tem 5.700 assinantes dos quais 230 no estrangeiro, 7 funcionários e venda em bancas cerca de 700 jornais, por semana. -----

----Deu nota de já ter sido feita uma tentativa de distribuir o Boletim Municipal conjuntamente com o jornal, mas houve uma queixa junto da autoridade para a comunicação social de um partido da

oposição que considerava que era propaganda e que por outro lado os CTT queriam cobrar a dobrar considerando e citou “que se trata de uma publicação dentro de outra publicação”, tendo esta sido mais uma razão para que o boletim não pudesse assim ser distribuído. -----

----Assim, propôs-se, com alguns trabalhadores do jornal, a constituir um pequeno grupo de trabalho informal, tentando encontrar algo que possa ajudar a dinamizar e viabilizar o Badaladas no sentido de alargar o seu número de assinantes junto de algumas empresas de Torres Vedras.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**SINALIZAÇÃO – RUA JOAQUIM SANTOS VAQUINHAS:**-----

----A *deputada municipal Teresa Oliveira*, alertou que não existe informação explícita relativamente ao sentido único para quem sai de um parque de estacionamento que existe nesta rua, daí que em muitas circunstâncias aparecerem carros em contramão, solicitando que seja melhorada a sinalização. -----

----O *presidente da Câmara* tomou a devida nota.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CONCERTOS ALBALUNA:**-----

----A *deputada municipal Teresa Oliveira* disse ter recebido a informação que a Câmara Municipal contratou 12 concertos ao grupo torriense Albaluna agora para esta época. Referiu nada ter contra o mesmo, mas gostava de perceber se não teria sido preferível, dividir esta contratação por 12 grupos musicais e não dar o exclusivo a este grupo, o qual sendo um grupo recente precisará de ajuda, trabalho e de incentivos, mas certamente que há mais grupos no concelho que estão em igual situação. -----

----O *presidente da Câmara* esclareceu que nos sábados de junho realizou-se o ciclo de concertos “Janelas para a Música” composto por 11 concertos realizados em várias ruas e praças da cidade que teve a particularidade de as pessoas puderem assistir à janela. -----

----Esclareceu ainda que em paralelo a este projeto dos Albaluna decorreu ao longo deste mês, num modelo *online* o programa “Emergência Cultural” envolvendo vários grupos do concelho. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CONCELHO DE TORRES VEDRAS - COVID-19 – SURTO NO HOSPITAL:**-----

----A *deputada municipal Susana Neves* desde logo indicou crer que todos presentes na sala e os que os escutam não têm dúvida que o aparecimento do novo coronavírus, causador da doença COVID-19 tem e continua a ter um impacto nas suas vidas, e que também não existem dúvidas que numa trilogia institucional, o município, o serviço municipal de Proteção Civil e a Saúde Pública no melhor tempo útil, conseguiram definir os recursos indispensáveis, as áreas de isolamento, as respostas de triagem, centro de testes, espaços de retaguarda, sensibilização para mudança de comportamentos de proteção individual e de mitigação via *outdoor* e afins, bem como parcerias com

todas as unidades de saúde, forças de segurança, setor social e solidário, setor privado e religioso e tudo para responder a este surto pandémico. -----

-----Fez também notar que a prioridade na prevenção, a intervenção na mitigação na doença, no próprio plano de desconfinamento associado à garantia da segurança dos torrienses, foram, são e estão as determinantes do plano de contingência de âmbito municipal e do plano municipal de emergência da Proteção Civil que se repercutiram, até à segunda quinzena do presente mês, num baixo número de casos ativos. No presente assistem a uma inversão do número de casos no concelho, questionando o edil qual o ponto de situação atual face à pandemia COVID-19.-----

-----Continuou dirigindo a si mesma e a todos os torrienses a missão da responsabilidade individual e coletiva já que do ponto de vista epidemiológico, infelizmente estão numa fase de curva crescente de propagação da COVID-19, que pode crescer mais ou menos dependendo da responsabilidade individual de cada um, lembrando que a ciência prevê comportamentos e associa-os à evolução das doenças e se contiverem a forma como o vírus se propaga conseguem que o SNS e as próprias entidades locais respondam à doença sem se perder o controlo.-----

-----Assim, pediu que não façam da autodeterminação uma aquisição individualista, sem princípios éticos de responsabilidade civil e que cumpram o protocolo preventivo: a higienização das mãos, a etiqueta respiratória e o distanciamento social, pois a falta de esperança é o pior que se pode ter sendo importante que sintam que não estão sozinhos e que caminham juntos, não deixando ninguém para trás. -----

-----O *deputado municipal João Pedro Gomes* interveio no sentido de questionar o edil sobre este último surto que flagelou o concelho e que “estragou” em poucos dias, os números e o trabalho que vinha a ser feito de prevenção nos últimos tempos em Torres Vedras e que era um exemplo a nível nacional de controlo da pandemia.-----

-----Assim, questionou se já está em vias de ser debelado, se estão identificadas as cadeias de transmissão e se o hospital pode encerrar as urgências por uns dias, por questões de limpeza e por último, que medidas têm sido tomadas pela Câmara Municipal no reforço da limpeza urbana, que foi uma das medidas positivas que terá contribuído para diminuir a propagação da COVID-19. -----

-----Relativamente aos transportes, nomeadamente no que refere às carreiras diretas para Lisboa em que pela falta de autocarros não é possível cumprir as normas da DGS de lotação, havendo autocarros a circular cheios, inquiriu se tem sido feito alguma coisa neste sentido e se o edil tem dialogado com a Barraqueiro. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* interveio para reforçar o pedido de informação relativamente às cadeias de transmissão, se estão identificadas e o ponto de situação dos lares ilegais, ou outras questões que mereçam a preocupação do plenário. -----

-----Recordou que na primeira Assembleia que fizeram, após a saída do confinamento chamou a

atenção para a questão de personalizar os louros quando as coisas correm bem, até porque agora era questionável se vai assumir a responsabilidade quando correm mal, porque no fundo é o que começam a assistir. Agora a culpa é do povo que não cumpre e alertou para a necessidade de alguma sobriedade nesta questão, pois há muito caminho para caminhar e se calhar foi uma aprendizagem o que aconteceu.-----

----O **presidente da Câmara** informou que no município têm 35 casos ativos, 2 óbitos e que apesar de os números terem vindo a subir nas 2 últimas semanas, os surtos estão identificados e controlados. Quanto ao surto que surgiu nas urgências do Hospital de Torres Vedras informou que regista 23 casos positivos, 9 de profissionais, mas nenhum médico incluído, tendo neste período falecido 3 pessoas no hospital.-----

----Assegurou que Torres Vedras continua a fazer o seu trabalho, quer no terreno quer na sensibilização e em estreita cooperação com todas as entidades envolvidas neste processo, colocando todo o rigor na informação diária que prestam através do serviço municipal de Proteção Civil, no sentido de tranquilizar os cidadãos em relação ao trabalho que é desenvolvido.-----

----Prestou uma homenagem aos profissionais de saúde que têm sido incedíveis.-----

----Afirmou que enquanto responsáveis têm que estar na primeira linha do combate, sendo essa a resposta que dão diariamente e assinalou que Torres Vedras continua a ser um exemplo nesta matéria. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**25.º ANIVERSÁRIO DA VILA DE CAMPELOS:** -----

----A *presidente de junta da união de freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, Natalina Luís* pediu a palavra para em nome do executivo da sua freguesia, fazer alguns agradecimentos. -----

----Referiu que no passado dia 21 de junho, a vila de Campelos completou 25 anos de existência. Devido à pandemia não foi possível celebrar condignamente esta data, que querem assinalar, recordar e sobretudo agradecer às pessoas que contribuíram para o grande desenvolvimento daquela localidade que em 1995, era a maior fora da sede do concelho e que possibilitou que fosse elevada à categoria de vila. -----

---- Deu nota ainda que nos últimos 25 anos surgiram em Campelos vários equipamentos que melhoraram a vida das pessoas: o lar de idosos da ASOCA, a creche e jardim-de-infância do Centro Social e Paroquial, o campo relvado do Campelense, a escola de música da Casa do Povo, o mercado social, o mercado municipal, Junta de Freguesia e a Escola Básica, deixando um agradecimento à Câmara Municipal e a todas as pessoas que trabalharam para que estes equipamentos fossem uma realidade, a todos os executivos da junta e aos membros das Assembleias de freguesia e aos membros dos executivos municipais, pela ajuda inestimável que deram.-----

-----No que respeita ao executivo municipal deixou um agradecimento especial pela produção de um pequeno documentário que foi publicado nas redes sociais no dia do aniversário e que será com certeza uma referência para o futuro, assim como ao Badaladas pela publicação da notícia. -----

-----Por último agradeceu às associações locais, aos comerciantes às empresas e aos moradores da vila por terem contribuído para o grande progresso da Vila de Campelos. -----

-----O **presidente da Câmara** endereçou os seus parabéns a toda a comunidade, manifestando-se grato pela evolução que este território teve ao longo de 25 anos, considerando relevante o seu envolvimento assim como de todos os autarcas para que a transformação deste território seja permanente. -----

-----A Assembleia municipal tomou conhecimento. -----

#### **REMOÇÃO DE FIBROCIMENTO NAS ESCOLAS:** -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* reportando-se ao protocolo que já foi celebrado para a remoção do fibrocimento nas escolas, inquiriu se o município já tem uma programação das obras uma vez que há várias escolas do concelho que estão contempladas no mesmo. -----

-----O **presidente da Câmara** informou que estão a aguardar o aviso da entidade gestora do Centro 2020 para lançar o concurso público para remoção do amianto nas 10 escolas do concelho que estão mapeadas. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **CASAS ILEGAIS – PRAIA DO NAVIO – SANTA CRUZ:** -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* questionou o ponto de situação sobre a demolição das casas ilegais no acesso à praia do navio, questão que se arrasta há dois 2 anos, imaginando que esteja resolvida. -----

-----O **presidente da Câmara** disse que iria diligenciar junto dos serviços o ponto de situação. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **ESTRADA NACIONAL 9:** -----

-----Sobre as obras na via em título o *presidente de junta da união de freguesias de Carvoeira e Carmões, Nuno Pinto* veio dar nota que estão a decorrer num ritmo intenso e acelerado e não obstante ainda não estar concluída já se pode constatar a qualidade com que irá ficar. -----

-----Salientou o facto de esta obra, que iria eventualmente a concurso em 2021, com execução em 2022, ficar em 2020 ao serviço de toda a população e por isso enquanto presidente da freguesia mais utilizadora da via, agradeceu todo o empenho do edil e de todas as pessoas que estiveram envolvidas e também ao antigo ministro das finanças, que autorizou a obra em plurianual. -----

-----Salientou ainda que na passada terça-feira foi a reunião do Executivo um acordo de gestão entre o município e a Infraestruturas de Portugal para construção dos passeios entre a “Jorge Pires” e o Curvel, agradecendo ao edil e a todas as instituições e empresas envolvidas pelo empenho e

diálogo para conseguir este acordo e ainda aos proprietários que cederam terrenos para os passeios. -----

-----O **presidente da Câmara** fez votos que seja uma infraestrutura que contribua para a qualificação de todo aquele território. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**SARGE- MOVIMENTAÇÃO DE TERRAS:**-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que o TnL foi procurado por alguns habitantes da localidade do Sarge, preocupados e com questões sobre uma movimentação de terras de grande dimensão que estará a ocorrer junto à escola primária e capela e que, segundo lhe foi possível apurar, terá como destino uma grande plantação agrícola. -----

-----A razão da sua intervenção prende-se com preocupações manifestadas pelos ditos habitantes com a eventual utilização de produtos químicos que possam ser nocivos aos habitantes, até porque a plantação estará a ocorrer dentro do perímetro da povoação e em terrenos urbanos ou urbanizáveis. Para além disso também mostraram alguma preocupação com o ruído, pelo que questionou se a autarquia está ao corrente e se foram cumpridas todas as questões legais de licenciamento.-----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que a fiscalização já foi ao local e estão a aguardar relatório. -----

-----Período da Ordem do Dia.-----

**1 - PROPOSTA N.º 8/AM/2020 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:**-----

-----O presidente da mesa informou que passariam a ler os documentos agendados neste ponto, e que se transcrevem na íntegra, sem prejuízo de serem apresentados pelos grupos municipais.-----

**VOTO DE PESAR – VASCO FERNANDES.**-----

-----“Nasceu 4/7/1937-----

-----Faleceu 7/6/2020-----

-----Casou em 24/9/1961 com D. Maria Luísa Roque Fernandes, foram pais de Carlos António Roque Augusto Fernandes.-----

-----Estudos:-----

-----Para além de formações específicas da atividade seguradora, frequentou com aproveitamento dezenas de formações nos anos 1980 a 1982, através do Fundo Social Europeu, o que pelo Programa Qualifica lhe confere equivalência ao 12.º ano.-----

-----Percurso Profissional:-----

-----Trabalhou na sua juventude no sector do comércio – mercearia;-----

-----Sócio Gerente em duas Sociedades de Mediação de Seguros;-----

-----Sócio Gerente em duas Sociedades de Equipamentos Lúdicos e Desportivos;

Sócio Gerente Edificações Construvedras, com património edificado em várias artérias da cidade e noutras freguesias do concelho;-----

---- Sócio Gerente em Sociedade de Construções com José Manuel Guizado de Carvalho;-----

---- Sócio Gerente Sociedade de Construções com Hermínio Manuel Lopes Rodrigues;-----

---- Gerente Delegação Torres Vedras TAGUS;-----

---- Gerente Delegação Malveira Aliança Seguradora em acumulação de funções com a de Torres Vedras;-----

---- Rotary Club T. Vedras:-----

---- Pela mão de Joaquim Mendes ingressou em 1987/88 no movimento rotário;-----

---- Presidiu ao Rotary Club de Torres Vedras em 1990/91;-----

---- Recebeu a Distingção Paul Harris;-----

---- Responsável vários anos por Avenida dos Serviços Profissionais;-----

---- Dinamizou a Noite de Poesia em articulação com a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras de que era Provedor.-----

---- Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras:-----

---- Ingressou na Mesa Administrativa como Vice-Provedor em 1991;-----

---- Aclamado Provedor da Santa Casa em A.G. de 2003, cargo que exerceu por vários mandatos até ao seu último dia de vida, ficando a mês e meio de cumprir o grande sonho de presidir aos 500 anos da fundação desta Misericórdia;-----

---- Presidiu sempre à Securicórdia (Corretora dos Seguros da União das Misericórdias) até à extinção deste organismo.-----

---- Sociedade:-----

---- Presidiu até ao dia do seu falecimento à Associação Recreativa e Cultural A Camponesa, clube de Fernandinho, sua terra natal. Como curiosidade, dinamizou aí um grupo de teatro, tendo inclusive tido participação efémera como ator.-----

---- Era sócio da maioria das associações, grémios e clubes de Torres Vedras.-----

---- Política:-----

---- Militante n.º 62705 do PSD de Torres Vedras;-----

---- Candidato à Câmara Municipal em 1993;-----

---- Candidato em vários mandatos subseqüentes à Assembleia Municipal.-----

---- A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em sessão no dia 29 de junho de 2020 aprova um voto de pesar pela morte deste nosso insigne concidadão.-----

---- Grupo Municipal do PSD”-----

---- Os deputados municipais Jacinto Leandro e Sérgio Jacinto acrescentaram mais algumas palavras reforçando o sentido de voto dos grupos municipais que representam, tendo o deputado do

TnL sugerido que o nome deste concidadão pudesse ser perpetuado através da toponímia.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto acima transcrito, observando um minuto de silêncio em memória do falecido.-----

**RECOMENDAÇÃO – PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL:**-----

-----“O Bloco de Esquerda esteve na rua a falar com os comerciantes locais, tendo também reunido com a Associação Comercial Industrial e Serviços da Região Oeste (ACIRO), de modo a melhor entender quais os maiores desafios dos comerciantes, durante este período. Sendo que, o que mais nos surpreendeu foi o facto de os comerciantes não terem conhecimento do pacote de apoio da Câmara Municipal de apoio às empresas.-----

-----Considerando que:-----

-----1.São já reais os efeitos que a crise sanitária produziu na economia, cujos sinais são cada vez mais evidentes na quebra de faturação e no aumento do desemprego, avizinhandose uma grave crise económica.-----

-----2.O tecido empresarial torriense é composto, em grande parte, por pequeno comércio e empresas familiares. E são estas pequenas e microempresas, as mais vulneráveis às variações negativas dos mercados e às crises económicas.-----

-----3.As pequenas empresas torrienses, após a reabertura, estão numa situação difícil, com níveis de faturação muito longe dos normais, vivendo todo o tipo de dificuldades, como: o pagamento das despesas fixas e ordenados, stocks parados, dívidas pendentes, entre outras, sendo reais os riscos de encerramento para muitas;-----

-----4.Algumas destas pequenas empresas, nomeadamente, do ramo da restauração, já encerraram. Tendo o número de desempregados no concelho aumentado 17.3%, em comparação com igual período do ano passado;-----

-----5.Os próximos meses serão cruciais para verificar alguma retoma e garantir que o máximo de empresas não entra em processo de falência, com as graves repercussões que isso acarreta para o concelho e para as famílias;-----

-----6.Embora a autarquia tenha respondido com um conjunto de medidas de apoio à economia local, de destacar a isenção da derrama e da taxa de ocupação no espaço público, esta pode ter um papel ainda mais ativo dentro das suas competências e capacidades;-----

-----7.Urge alargar no tempo, pensar e aprofundar um conjunto de medidas que possam contribuir para o desenvolvimento económico do concelho, de forma organizada, articulada e integrada sob a forma de Plano de Apoio à Economia Local, com o contributo de todas as forças políticas sociais e económicas, particularmente as associações do setor e os próprios pequenos empresários;-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 29 de junho de 2020, recomenda:-----

-----1.Implementar um sistema de informação e divulgação direto e eficaz, junto dos comerciantes,



- para que estes tenham conhecimento efetivo sobre as medidas de apoio da Autarquia; -----
- 2.Articular com os representantes do setor, a implementação de uma Plataforma Online de Dinamização do Pequeno Comércio e de Produtos Locais, de acesso gratuito, com várias funções:
- a.Apresentar de forma organizada e simples todos os serviços, produtos e comércio local, nomeadamente no centro histórico, promovendo o comércio tradicional. Incluindo informações úteis como horários, contactos e localização dos estabelecimentos.-----
- b. Alojjar, nessa mesma plataforma, um serviço de vendas *online* para os negócios que o pretendam, de forma a ser possível fazer encomendas e estimular a compra de produtos locais. ---
- c.Promover os produtos típicos e locais de todo o concelho, da área agroalimentar ou outras, que poderão também vender os seus produtos através da plataforma. -----
- 3.Privilegiar o consumo de produtos locais nos refeitórios escolares/municipais; -----
- 4.Dinamizar a zona histórica da cidade, onde também se localiza o pequeno comércio, com pequenos eventos culturais, de promoção e de recreação diversos, dentro das normas de segurança e ao ar livre. Esta medida permite atrair pessoas para o centro histórico, bem como, executar ações culturais que tenham sido canceladas ou adiadas devido à pandemia.-----
- 5.Promover a realização de pequenas feiras de produtos locais e de venda ambulante, ao ar livre e dentro das regras exigidas à emergência atual, permitindo alguma atividade aos vendedores ambulantes e dinamização da pequena economia;-----
- 6.Investimento público para quebrar o ciclo de empobrecimento e responder à crise, nomeadamente: investir na reabilitação urbana, imóveis camarários, vias de comunicação e equipamentos, de forma a dinamizar a economia e fomentar o emprego. -----
- 7.Adotar um sistema de 1h gratuita nos parques de estacionamento exteriores, próximos do Centro Histórico. Esta medida permite tornar esta zona da cidade mais convidativa ao mesmo tempo que permite a rotatividade da ocupação dos estacionamentos. Este sistema encontra-se em funcionamento na Ericeira, pelo que, eventuais dificuldades técnicas poderão ser discutidas tendo, como exemplo o concelho vizinho.-----
- 8.Suspensão do pagamento de rendas para estabelecimentos comerciais em espaços municipais, nomeadamente no Mercado Municipal de Torres Vedras e Mercado Abastecedor, até ao final de 2020; -----
- 9.Suspensão do pagamento de taxas municipais para o comércio local e as pequenas empresas, até ao final de 2020;-----
- 10.Suspensão do pagamento das tarifas fixas de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, cobrando apenas os consumos efetivos, para o comércio local e as pequenas empresas até ao final de 2020; -----
- 11.Manter a permissão de alargamento dos espaços exteriores e esplanadas da restauração,

até à efetiva recuperação económica dos estabelecimentos, mesmo que a lotação normal dos espaços fechados venha a ser reposta; -----

----- 12.Criação de um gabinete de apoio aos comerciantes que tenham dúvidas e dificuldades para aceder a apoios estatais, com acesso presencial e através de meios tecnológicos. -----

-----Torres Vedras, 29 de junho de 2020. -----

-----João Rodrigues – Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.” -----

-----O *deputado municipal Nelson Aniceto* tomou a palavra indicando que é uma moção que o PS apoiaria e aprovaria se estivessem no início de março e não no final do mês de junho pois as propostas contidas na mesma estão desfasadas da realidade e não têm em consideração o Programa Municipal de Apoio Extraordinário no âmbito do COVID-19, do município, nem a existência do portal Torres Vedras e-negócios, revelando algum desconhecimento do trabalho da autarquia e das ferramentas que têm sido disponibilizadas para os utentes. -----

----- Estranha que refira que os comerciantes desconhecem as medidas aprovadas quando as mesmas estão no *site*, foram divulgadas através de conferência de imprensa e sabe que a autarquia reuniu com todos os parceiros para transmitir estas medidas para além de que sem prejuízo desse trabalho, já existe um gabinete de apoio às empresas que facilita a divulgação da legislação e aos apoios a fundos estatais. -----

-----Ou seja, todas as medidas recomendadas pelo BE foram implementadas com continuidade prevista, pelo que, ao dia de hoje, não fazem sentido e não irão merecer a aprovação do PS. -----

-----O *deputado municipal Nuno Henriques* referiu que a recomendação fala em economia e algumas das questões têm a ver com o Governo lembrando que estão perante o maior governo de sempre. Mas também fala dos restaurantes, referindo que a Câmara Municipal fez uma aquisição de serviços para fornecimento de refeições para artistas convidados e conferencistas das atividades a realizar pelo município e talvez em vez de dar estes 25 mil euros, (preço unitário de cerca de €9,00), dividissem por todos e repensassem este tipo de procedimento, uma vez que o contrato em causa foi celebrado só com uma entidade. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* assinalou o voto favorável do CDS-PP, pois apesar de considerarem a recomendação incompleta, reforça a ideia de apoio para quem exerce atividades económicas no concelho e ainda que boas ou más as medidas que o Executivo tomou ficaram longe de chegar às empresas do concelho, acreditando haver quem não tivesse conhecimento, pois sendo empresário no concelho nada lhe chegou, assim como a outros colegas a quem questionou. -----

-----Não consegue entender as palavras do deputado do PS ao dizer que nesta altura não faz sentido, tendo em conta a situação que estão e que vai piorar, manifestando-se muito preocupado, podem ver esta questão como política, mas de apoio às empresas e o CDS-PP irá votar a favor.---

----- A *deputada municipal Rita Sammer* também indicou que o PSD iria votar a favor, embora

considere que falta na recomendação algum apuramento de valores que pode ficar do lado de Executivo. -----

---- Lembrou que os vereadores do PSD logo na altura apresentaram um plano com algumas medidas para a recuperação económica do município de Torres Vedras que foi rotundamente chumbado pelo Executivo PS e que se a moção surge é preciso “sair da bolha e descer ao terreno” pois este problema veio para ficar e esta matéria merece alguma humildade no seu tratamento para que a ajuda possa chegar a quem efetivamente precisa. -----

---- Ao deputado municipal Pedro Castelo o *deputado municipal Nelson Aniceto* respondeu ter dito que o PS votaria a favor se estivessem no início de março e se não tivesse havido até ao dia de hoje um outro conjunto de medidas aprovadas e em vigor. Não disse em momento algum que a crise passou e que não devem continuar a apoiar os mais necessitados. Disse que o que está recomendado está em execução. -----

---- De novo no uso da palavra o *deputado municipal Pedro Castelo* defendeu que a sua intervenção foi devido às suas preocupações com o tecido empresarial e que não está em causa as medidas que estão em vigor, mas o facto de esta crise infelizmente ir durar mais do que se pensou, sendo necessário sensibilizar as pessoas de que há apoios, mas se há novas ideias para completar as que o Executivo já aprovou, devem ser aproveitadas venham de que partido for. -----

---- Tendo em conta a questão do desconhecimento das medidas levantada, o *presidente de junta da Ponte do Rol, Pedro Vaza* deu nota que na qualidade de trabalhador independente cuja atividade está encerrada pediu apoio, que lhe foi negado com a justificação de que não é trabalhador independente exclusivo uma vez que é membro estatutário de uma associação. Lamentou o sucedido deixando este alerta aos trabalhadores independentes. -----

---- O *deputado municipal Sérgio Jacinto* disse que a recomendação vai no sentido das preocupações do TnL, uma vez que esta pandemia, independentemente do que vier a ser no futuro, vai ser muito má no que à economia diz respeito, estando em crer que os tempos que aí vêm serão muito difíceis, principalmente após o verão que já começou. -----

---- Considerou que as medidas implementadas pela autarquia são positivas, mas sempre poucas e ninguém previa que uma coisa tão pequenina os virasse a vida de cabeça para baixo e tendo o colega Nelson Aniceto defendido a posição do PS, mais do que uma posição partidária têm que ter uma posição de humanidade e de humanismo e portanto o que quer se faça será sempre pouco e para fazer alguma coisa a bem das famílias e do comércio do municípios às vezes não é preciso gastar dinheiro, basta reverter decisões anacrónicas como por exemplo fechar o centro histórico e algumas artérias ao trânsito automóvel. -----

---- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 24 votos contra, 14 a favor e 2 abstenções reprovando a recomendação em título. -----

-----Anota-se que votaram contra os deputados municipais do PS e abstiveram-se Pedro Bernardes e José Augusto de Carvalho. -----

**RECOMENDAÇÃO – CAMPANHA ESPECIAL DE SENSIBILIZAÇÃO – ATIVIDADES AGRÍCOLAS DE VERÃO:** -----

-----“ Considerando que: -----

----- 1.Estamos a viver um período especial do ponto de vista sanitário, com a necessidade de manutenção ou até mesmo intensificação das medidas de contenção da pandemia COVID-19; -----

-----2.Aproxima-se atividades agrícolas sazonais que, tipicamente, são participadas por muitos cidadãos que vêm de diversas localidades do concelho e até de concelhos vizinhos e se concentram em explorações frutícolas, para a apanha da fruta na generalidade e para a campanha das vindimas em particular; -----

-----3.Estas deslocações aumentam o risco de disseminação da doença; -----

-----4.Estas atividades são muitas vezes participadas por pessoas que vivem em habitações precárias, onde habitam, no mesmo espaço, muitas pessoas. Situação que pode ser potenciadora de surtos; -----

-----5.O transporte das pessoas que participam destas campanhas sazonais é, muitas vezes, feito em meios e com concentrações que não oferecem segurança neste contexto pandémico; -----

-----6.Estas atividades, por força do tempo quente, das condições dos terrenos em que decorrem, e da deficiente existência de meios de higienização decorrentes das características próprias e tradicionais dos terrenos agrícolas em causa, não convidam naturalmente nem à proteção individual, nem às mais elementares medidas de higiene. -----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 29 de junho de 2020, recomenda:-----

-----1.A colaboração com as autoridades de saúde na conceção de um pacote de recomendações que os donos das explorações agrícolas e promotores das campanhas devem adotar de forma a prevenir e evitar o contágio. -----

-----2.As recomendações devem ser divulgadas junto das populações e das empresas agrícolas através de uma forte campanha de sensibilização. -----

-----3.A autarquia deve implementar um sistema de acompanhamento sanitário permanente, destas campanhas de verão, com o objetivo de prevenir e evitar os contágios. -----

-----Torres Vedras, 29 de junho de 2020. -----

-----João Rodrigues - Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.” -----

-----O *deputado municipal Nelson Aniceto* em nome do grupo municipal do PS disse que o recomendado pelo BE é efetuado desde o início da pandemia com a ativação do Plano de Emergência Municipal pela Proteção Civil e pelo Delegado de Saúde do concelho, ou seja, tem havido este acompanhamento junto da comunidade agrícola, no sentido de sensibilizar a mesma

para os cuidados ater devem estar de acordo com as orientações emanadas pela DGS.-----  
----Sendo um trabalho que está a ser efetuado, não significa que toda a comunidade obedeça, e não é possível controlar o comportamento de todas as pessoas.-----  
----Face ao exposto o Grupo Municipal do PS iria votar contra.-----  
----A *deputada municipal Rita Sammer* anotou que esta recomendação tem o mérito de chamar a atenção para problemas concretos e reais que estão a atravessar e que se vão agudizar com a entrada da época da recolha da fruta, recordando que para além destes trabalhadores precários têm muitos jovens que também participam nestas campanhas e mais uma vez num exercício de humildade, caberia à câmara perceber que este tipo recomendação é bem-intencionada e o PSD votará a favor.-----  
----A *deputada municipal Teresa Oliveira* disse ter ficado baralhada com os esclarecimentos que o PS tem feito relativamente às recomendações discutidas sem perceber o motivo de votarem contra. O PCP irá votar a favor, na consideração de que são recomendações importantes e visam assuntos que devem ser alertados, pois o COVID-19 veio para ficar.-----  
----O *presidente de junta da Freiria, Pedro Bernardes* pediu a palavra para dar a sua opinião como agricultor informando que a agricultura no concelho de Torres Vedras e a nível nacional não está ao abandono, assegurando que há regras impostas pelos mercados que têm que ser cumpridas, pelo que a apanha da fruta não é feita de qualquer maneira.-----  
----Concordou que é um problema que vai surgir na campanha que terá que ser bem controlado, mas lembrou que esta atividade é feita no exterior, onde os trabalhadores podem ser posicionados com o devido distanciamento. Acha bem que a autarquia esteja atenta, mas os agricultores são cumpridores.-----  
----O *deputado municipal do BE, João Rodrigues* considerou estranha a posição do PS perante uma recomendação tão simples de aplicar, parecendo que vivem em concelhos diferentes, não vendo os problemas que estão à sua volta. Questionou ainda onde se pode ler sobre este assunto, desafiando os colegas a consultar a plataforma que a Câmara Municipal colocou no seu *site*, para aferir a sua viabilidade e depois lhe digam se está a funcionar.-----  
----O *deputado municipal, António Carneiro* compreendendo os textos da recomendação, com os quais está solidário, defendeu o seu voto contra, pelo facto de entender que a intenção é política, tendo alguma dificuldade em aceitar que se venha exigir à autarquia que seja polícia. É fácil fazer moções para agradar às pessoas, mas uma coisa é o texto, outra a intenção e depende de cada um e só, os cuidados que têm que ter.-----  
----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 27 votos contra e 13 a favor reprovar a recomendação em título.-----  
----Anota-se que votaram contra os deputados municipais do PS, TnL e Pedro Bernardes.-----

**RECOMENDAÇÃO – ELABORAÇÃO DE UM PLANO AUTARQUICO DE EDUCAÇÃO:** -----

-----“Considerando que: -----

----- 1.Durante o encerramento das escolas a autarquia desenvolveu um conjunto de medidas de apoio às escolas, de onde se destacou a distribuição a título de empréstimo de computadores e redes wireless para as famílias mais carenciadas, em articulação os Agrupamentos.-----

-----2.Muitos dos equipamentos foram cedidos pelas próprias escolas para o efeito e, mesmo assim, os primeiros dois anos do primeiro ciclo não tiveram acesso a este apoio.-----

-----3.Esta foi uma resposta de emergência, com os meios possíveis para tentar colmatar uma situação que ninguém previu. -----

-----4.Ficaram patentes as desigualdades sociais no Ensino à Distância, no acesso aos recursos online, às aulas, aos apoios, sendo mais uma vez os alunos mais desfavorecidos a ficar em desvantagem, quer por aspetos de iliteracia digital, quer por necessidade dos pais terem de trabalhar, quer pelas dificuldades técnicas, de contacto, de otimização de equipamentos, entre outros.-----

-----5.Ficou claro que, o ensino presencial é fundamental em todos os aspetos e, é a melhor forma de educar e de combater as desigualdades. -----

-----6.Visto que não há qualquer previsão da situação pandémica melhorar até setembro, o Bloco de Esquerda está preocupado com a forma como o ensino irá abrir em setembro, dentro de um quadro de emergência e de um conjunto de cuidados a ter como o afastamento, uso de máscara, redução de grupos, etc.-----

-----7.O Ministério da Educação, até à data, também ainda não foi capaz de adiantar muito sobre como será o próximo ano letivo. No entanto, nesta altura, já as escolas deveriam estar a organizar o ano letivo em todos os níveis, o que se torna difícil visto que ainda não receberam orientações. Prevemos assim, uma segunda situação de desorganização, que as escolas e a autarquia vão ter de novo de colmatar e resolver.-----

-----8.Dadas as responsabilidades da Câmara Municipal em termos de Educação, especialmente no Pré-Escolar e Primeiro Ciclo, bem como todo o apoio que tem prestado em todos os graus de ensino dos Agrupamentos, impõem-se planificação específica e articulação com as escolas para organizar a situação difícil que se avizinha.-----

-----9.São muitas as questões que se colocam, nomeadamente: se o ensino for misto, ou se houver a necessidade de fechar escolas por prováveis surtos. Tendo muitos alunos de voltar à solução totalmente online, como se irão resolver essas situações em termos de equipamentos de rede e de recursos, visto que muitos equipamentos devem regressar às escolas, deixando em aberto um enorme vazio. -----

-----10.Terão de ser pensados também a organização dos espaços, o afastamento, os horários, os

transportes, o desdobramento de grupos, de refeições, a necessidade de mais funcionários, mais horas de refeitórios e muitas outras questões, que envolvem, inclusivamente reforço de verbas.----

----11.É tempo de preparar de forma ponderada e eficaz os vários cenários, tendo a Câmara Municipal que desempenhar, atempadamente, o seu papel. -----

----12.O Bloco de Esquerda considera fundamental que se faça desde já um plano de contingência com a participação dos Agrupamentos, que possa mitigar os problemas que se preveem. -----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 29 de junho de 2020, recomenda:-----

----A elaboração de um Plano Autárquico de Educação para o Ano Letivo 2020/2021, atempado, prevendo todas as questões e os diferentes cenários, bem como as dotações orçamentais extraordinárias necessárias e seu efetivo cabimento, para uma implementação eficaz. -----

----Torres Vedras, 29 de junho de 2020.” -----

----João Rodrigues - Deputado Municipal do Bloco de Esquerda.” -----

----O *deputado municipal Paulo Valentim* referiu que a recomendação em título tem dados muito generalistas e vagos e até algum desconhecimento da legislação quanto à competência de quem emite diretrizes de funcionamento. Ao encerramento das escolas a Câmara Municipal teve um conjunto de respostas e para o próximo ano será o ministério a emitir diretrizes, as quais em conjunto com os agrupamentos, colocará em prática, em caso necessário. -----

----Concluindo disse que o Grupo Municipal do PS não tem como necessário a elaboração do plano de contingência recomendado.-----

----A *deputada municipal Rita Sammer* chamou a atenção para uma situação que aflige os agrupamentos de escolas do país inteiro, pois o silêncio do governo sobre esta questão não permite perceber o que aí vem e seria pertinente a nível do concelho, perceber como se podem começar a operacionalizar algumas medidas que podem vir a ser necessárias -----

----Deu nota que neste momento não têm computadores nas escolas, porque estão em casa dos alunos sendo este um fator preocupante, pelo que lhe parece ajustada a recomendação de haver um plano a nível local, manifestando-se perplexa com um PS sobranceiro que tem feito política pura e descarada com a questão do COVID-19, sendo agora incapaz de encarar a realidade e de ouvir.

----O *deputado municipal Francisco Branco*, fez notar que neste momento é fácil prometer o céu e a terra e nestas últimas sessões têm sido recomendações às dúzias nesse sentido. -----

----Não sabe se querem passar a mensagem que o edil, o Executivo e os técnicos da autarquia que o apoiam estão todos cegos, surdos e mudos, perante a realidade atual, pois prometer é fácil e concorda com o que está escrito, mas não corresponde à realidade das capacidades do Executivo para satisfazer tudo aquilo que é recomendado. -----

----A *deputada municipal Teresa Oliveira* mais uma vez manifestou-se perplexa com as palavras dos colegas do PS referindo que se a Câmara Municipal foi tão célere a aceitar a descentralização

de competências não percebe que agora esteja a colocar obstáculos na elaboração de um plano para a educação, área onde detém grandes responsabilidades e com o caos que têm. -----

----De novo no uso da palavra o *deputado municipal Paulo Valentim* registou que estavam a por muito do trabalho que a Câmara Municipal tem feito neste domínio em causa, interrogando-se se seria de facto necessário a autarquia elaborar um “plano” para precaver o próximo ano letivo.-----

----A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria de 24 votos contra, 12 votos a favor e 3 abstenções reprovar a recomendação em epígrafe.-----

----Anota-se que votaram contra os deputados municipais do PS, abstiveram-se os do CDS-PP e António Carneiro. -----

----Encontrava-se ausente António Moreira. -----

**MOCÃO:**-----

----“Considerando as normas de Higiene e Segurança emanadas pela Direção Geral de Saúde para contenção e combate à transmissão do vírus SARS COV2, nomeadamente quanto ao distanciamento social, bem como as limitações impostas quanto à ocupação dos transportes públicos; -----

----Considerando a redução drástica do número de autocarros da carreira 700 a Barraqueiro Oeste nas chamadas horas de ponta entre Torres Vedras e Lisboa e vice-versa; -----

----Considerando o elevado número de pessoas que se deslocam para trabalhar nesta carreira entre Torres Vedras e Lisboa;-----

----Considerando que devido à redução do número de autocarros os passageiros são forçados a viajar sem o cumprimento das medidas de Higiene e Segurança designadamente quanto ao distanciamento e à ocupação;-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em Plenário a 29 de junho de 2020 decide:

----1.Recomendar que a Câmara Municipal exerça os seus esforços junto à Entidade dos Transportes – CIM Oeste, para que esta exija junto da empresa Barraqueiro Oeste o imediato reforço do número de autocarros da carreira 700 (Torres Vedras-Lisboa-Torres Vedras), especificamente nas chamadas horas de ponta. -----

----2.Que sejam alertadas as autoridades competentes caso a Barraqueiro Oeste não altere de imediato a oferta de transporte nesta carreira e continue a incumprir as normas emanadas pelas autoridades de saúde.-----

----Torres Vedras, 29 de junho de 2020. -----

----Grupo Municipal do Partido Comunista Português.” -----

----O *deputado municipal João Pedro Gomes* assinalou o voto a favor do grupo municipal do CDS-PP, no sentido de que o relatado na mesma corresponde à verdade. -----

----Fez notar que o presidente da câmara já informou o plenário que foram disponibilizadas mais



algumas carreiras, mas durante bastante tempo as normas do distanciamento social não foram cumpridas e tem informação que no final na passada semana circulou um autocarro com lotação máxima, situação que coloca a saúde das pessoas em risco. -----

----O *deputado municipal Rui Prudência* subscreveu a moção em discussão, achando que muito do que se está a passar nos últimos 15 dias a nível dos contágios, passa pelos transportes públicos e tudo o que se possa fazer para uma maior higienização dos autocarros, deve ser feito. -----

----No entanto a segunda parte da moção parece-lhe estar deslocada, uma vez que Câmara Municipal não tem competência nesta matéria, que cabe à autoridade de transportes com sede na OesteCIM informando o plenário que na última assembleia intermunicipal exigiu ao seu presidente que olhasses para esta questão e exigisse aos operadores a reposição imediata de todas as carreiras à data anterior à pandemia. -----

----Assim, o PS não tem problemas em votar a favor a moção se o PCP aceitar alterar o ponto 1 recomendando que a Câmara Municipal “exerça as suas competências junto da autoridade de transportes para que a empresa Barraqueiro faça o reforço...”-----

----Tendo o grupo municipal do PCP concordado, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade a moção com a alteração acima transcrita. -----

**MOÇÃO:**-----

----Considerando os anos de esquecimento e abandono a que tem sido votada por sucessivos governos a linha do Oeste;-----

----Considerando que tal abandono tem vindo a provocar graves danos, alguns dos quais praticamente irrecuperáveis, no serviço público do transporte ferroviário de passageiros e mercadorias;-----

----Considerando o falhanço do lançamento do concurso público para a modernização da linha em Outubro de 2019 e que desde essa data nada mais se adiantou, apesar das promessas do Senhor Secretário de Estado dos Transportes; -----

----Considerando que nem as limitações decorrentes da pandemia de COVID19 justificam ou podem explicar o sucessivo protelamento da eletrificação e modernização da linha do Oeste; -----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras reunida em Plenário a 29 de junho de 2020 decide:

----1.Exprimir o mais profundo repúdio e desagrado pelo sucessivo e inaceitável protelamento das obras de eletrificação e modernização da linha do Oeste. -----

----2.Exigir junto do Governo, nomeadamente junto do Senhor Secretário de Estado dos Transportes a urgente abertura do concurso e o subsequente início das obras de eletrificação e modernização da Linha do Oeste.-----

----Torres Vedras, 29 de junho de 2020. -----

----Grupo Municipal do Partido Comunista Português. -----

-----Depois de alguns esclarecimentos de prestados pelo presidente da Câmara sobre a abertura dos concursos em causa, a moção foi retirada, de acordo com a vontade manifestada pelos seus proponentes.-----

**2 - PROPOSTA N.º 33/CM/2020 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2019, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS:**-----

-----Presente ofício número 2835, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 23/06/2020, a remeter documentos em título, de acordo com o deliberado pelo executivo nessa mesma data.-----

-----O **presidente da Câmara**, começou por afirmar que pela sua experiencia enquanto autarca o ano de 2019 foi o mais intenso que tiveram nos dois órgão representativos do município, tendo em conta o processo de descentralização de competências para o município e consequente passagem de competências da autarquia para a juntas, um desafio importante, para poderem prestar um melhor serviço à comunidade.-----

-----Quanto ao documento em apreço deu nota que os rácios apresentados são de solidez: solvabilidade 207%, autonomia financeira 67%, liquidez 1,79, e prazo médio de pagamento aos fornecedores de 22 dias, números que falam por si em termos da gestão efetuada.-----

-----Assim, aproveitou para deixar uma palavra de agradecimento a todos os técnicos da Câmara Municipal e a todos os trabalhadores que permitiram alcançar os objetivos traçados em função das diretrizes políticas resultantes do programa eleitoral sufragado.-----

-----Neste âmbito realçou um conjunto de investimentos que são fundamentais para o futuro do território: inauguração da EB de S. Pedro da Cadeira, inicio da construção da EB do Turcifal e Povia de Penafirme, inauguração da USF da Ventosa, conclusão das obras de reabilitação da orla costeira – Praia Azul, 15 ações em desenvolvimento no âmbito do PEDU em 2019 e já em 2020 a entrega da 1.ª habitação social assim como a inauguração da rede de ciclovias urbanas, não esquecendo as ações realizadas no âmbito da politica social, educativa e cultural com resultados profícuos em prol da qualidade de vida da comunidade torriense e reconhecimento com prémios atribuídos por várias instituições nacionais e internacionais-----

-----No ano de 2019 viu-se obra feita e preparação de projetos para o futuro, sendo esse o trabalho diário nas diversas áreas de atuação autárquica, e que está plasmado no documento em apreço.--

-----Usou da palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* assinalando desde logo que as contas em análise, são o resultado financeiro da aplicação dos programas e opções políticas do PS, que sabe bem a importância de uma boa gestão entre as necessidades dos torrienses e os recursos financeiros que são públicos, e que se preocupa em ter sempre as contas certas, sendo 2019 mais um ano de contas certas.-----

-----Tal como referido pelo edil, foi muito realizado em 2019, com algumas obras vindas de anos anteriores, salientando a requalificação da Praia Azul que se traduziu na maior obra de adaptação

às alterações climáticas na costa, conclusão de algumas escolas básicas e início de outras e obras no âmbito do PEDU, que são o resultado dos números apresentados. Lembrou que cada vez mais as Câmaras são prestadoras de serviços, muitas vezes não valorizados, sugerindo que no futuro a Câmara Municipal elenque todos os serviços prestados e que também justificam os números. -----

-----Salientou os resultados a nível da execução da receita – 101%, despesa – 99% e de um incremento das GOPs de 2018 para 2019 de 73% que reflete o passar das obras de um ano para o outro, o incremento dos ativos de 9 milhões de euros e ainda o facto do pagamento da dívida ter vindo sucessivamente a baixar cifrando-se em 2019 em 22 dias, a solvabilidade ou seja a capacidade de pagar dívidas de médio/longo prazo apresenta um rácio de 207%, o passivo aumenta resultante de receitas de subsídios ao investimento que virão em anos posteriores. -----

-----Concluindo dizendo que são contas absolutamente equilibradas com rácios muito positivos que demonstram que o PS sabe governar bem, com contas certas, e face ao que se passa com a pandemia se o futuro é incerto, as necessidades dos torrienses são concretas pelo que a capacidade financeira do município tem que ser salvaguardada. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* começou por mencionar que contas são certas, mas consubstanciam uma opção política ao longo do mandato do PS.-----

-----Face ao período pandémico que atravessam nada vai ficar igual, pensando que nos anos anteriores foram perdendo algumas oportunidades no que se refere às verbas comunitárias que o município fazia uso e pensava replicar, mas que vão ser todas alocadas noutras áreas para que o governo possa ultrapassar a situação atual em que o país se encontra. -----

-----Deste modo assinalou que a política do PS nem sempre foi correta, se tiverem em conta que remonta ao ano de 2008 a construção do Centro Escolar da Carvoeira, duvidando que os que restam sejam feitas em 2025 ou 2026 o que a seu ver é muito tempo, fruto de uma política temerosa, não podendo esquecer as discussões no plenário que teve sobre as parcerias público/privadas usadas no município de Mafra, que não foi à falência e fez as escolas há 10 anos e as de Torres Vedras ainda não estão todas construídas. -----

-----Expressou uma palavra de agradecimento aos técnicos, pelas contas que estão certas, mas que também consubstanciam uma política que é mais do mesmo e mostram que 40% do que o município gasta deriva dos impostos diretos pagos pelos torrienses, os quais exigiriam mais se tivessem essa perceção. -----

-----Manifestou-se preocupado com o facto de o edil numa sessão anterior ter referido o valor de €100.000.000,00 para as arranjar todas as estradas municipais, interrogando-se se haverá verbas para tudo se tiverem em conta o valor de 40 milhões previstos no PPI dos SMAS, para recuperação e reconversão da rede de água e saneamento. Efetivamente as contas estão certas, mas as receitas subiram e poderiam ter sido mais ousados porque agora surgiu a pandemia e será muito mais difícil.

-----Deu nota que as transferências correntes aumentaram para as juntas de freguesia no valor total de €400.000,00, mas não percebe que nas transferências correntes previstas o gasto seja de 7,8 milhões de euros e só se tenha posto 6 milhões no orçamento. Acrescentou que o fornecimento de existências aumentou em €980.000,00 tendo em conta que há muita coisa obrigatória que a CMTV teve que adquirir, mas os fornecimentos externos dos trabalhos especializados também aumentaram, o que já traduz uma opção política, e também assinalou que a aquisição e serviços de artistas comparativamente com o ano transato teve um aumento de €224.629,00. -----

-----Assim têm contas obviamente todas certas, técnicos fantásticos, mas há uma gestão política, perderam oportunidade pois as escolas podiam estar todas feitas, tiveram sempre medo à espera dos fundos comunitários e não podem replicar o que foi feito há 10 anos atrás. -----

-----Concluiu dizendo que o mundo mudou, a Câmara Municipal tem muito por fazer, e neste momento não vai haver muitas oportunidades, pois o Estado também não vai ter mãos a medir para acudir a todos, lembrando que já têm um novo “Novo Banco” que se chama “TAP. Podem responder que os torrienses votaram PS, mas talvez em 2021 votem de forma diferente. -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* disse ter ouvido com atenção, tendo ficado com a sensação que o colega Luís Carlos Lopes estava a falar das contas do Governo, no sentido de que a TAP não lhes diz respeito. -----

-----Quanto às parcerias públicas/privadas que Mafra utilizou para construção das escolas, lembrou que essa autarquia não faliu porque o governo assumiu grande parte das dívidas das obras, e fazendo uma análise comparativa com os números de 2018 de Mafra, *per capita* cada cidadão mafrense contribui em impostos com de €372,00, quando em Torres Vedras contribuiu com €250,00, que traduz um somatório do IMI, IUC e IMT. Houve de facto algum aumento de despesa, preocupava-o se essa despesa não fosse refletida em ações. -----

-----Apelou que fossem rigorosos na análise das contas, as quais estão certas, refletem equilíbrio e o PS orgulha-se de as defender. -----

-----A *deputada municipal Marta Geraides* começou a sua intervenção enaltecendo o trabalho dos técnicos na elaboração do documento em apreço, um processo muito moroso e que iria fazer uma análise/resumo do exercício de 2019. -----

-----Assim disse que a prestação de contas em apreço demonstra que o resultado líquido do exercício em 2019 é de 5,3 milhões de euros e inferior em €1,3 milhões de euros em relação de 2018. Há um aumento de custos de 3,4 milhões de euros, principalmente com pessoal e fornecimentos e serviços externo; os proveitos são superiores a 2018 com mais 2,1 milhões de euros através de impostos diretos e transferências, o ativo aumentou em 9 milhões de euros, o passivo aumentou em 3,6 milhões de euros sendo que a dívida a longo prazo diminuiu e a dívida a curto prazo aumentou. -----

-----Demonstra também que a maior parte da receita corresponde a impostos diretos que são 40 % da receita total do município, salientando que as receitas fiscais constituem a principal fonte de rendimento de financiamento municipal e que o recebimento de impostos diretos foi acima do orçamentado em 2,7 milhões de euros. Houve uma receita de IMT superior em 1,9 milhões de euros, cerca de mais 545 mil euros em derrama e 288 mil euros em IUC. -----

-----De 2018 para 2019 transitou-se 174 mil euros de dívida lançada e não paga e houve um investimento de 11 milhões de euros em diversas opções políticas explanadas pelo Executivo, mas importa salientar que apenas 621 mil euros desses 11 milhões foram em estradas e arruamentos, que precisam de um valor bastante mais avultado com o edil já os informou. -----

-----Continuou assinalando que 98% da despesa realizada em 2019 foi paga e as dívidas a terceiros diminuíram 354 mil euros e que o prazo médio de pagamento, diminuiu face a 2018 o que é positivo para os fornecedores do município. As receitas correntes, tiveram um aumento, nos últimos 3 anos, sendo que de 2018 para 2019 foi de 2,6 milhões de euros, mantendo-se assim uma tendência crescente desde 2017 das verbas de impostos diretos arrecadados tendo ocorrido um aumento de 2018 para 2019 de 3,2 milhões de euros. -----

-----Verificou-se aumento das receitas de capital de cerca de 3,4 milhões de euros, o aumento dos passivos financeiros de um milhão de euros, que diz essencialmente respeito a empréstimos contratados, mas não se podem esquecer, por exemplo, que a obra do parque municipal de jogos de Santa Cruz foi cancelada e que o total das receitas municipais cresceram 6,5 milhões de euros e que cada contribuinte contribuiu em média com €747,00 para a mesma, sendo que desses, €299,00 resulta de impostos diretos. -----

-----As entradas de pessoal foram as mesmas que as saídas, mas o aumento de custos com pessoal deve-se a carreiras com remuneração mais elevada. -----

-----Deu nota que os rácios são positivos, mas se fizerem comparação com o ano transato: rácio de solvabilidade financeira que representa a capacidade do município cumprir os seus compromissos a longo prazo é inferior a 2018, o rácio de autonomia financeira, que reflete a dependência do município face a capitais alheios é inferior a 2018 assim como rácio de dependência financeira, ou seja a participação de capitais alheios no financiamento da câmara e o o rácio de liquidez geral, capacidade do município de pagar compromissos a curto prazo. -----

-----Neste sentido os resultados diminuem em relação a 2018, pelo incremento de custos cerca de mais 3,4 milhões de euros e o incremento de proveitos em apenas 2,1 milhões de euros e o resultado líquido do exercício em 2019 é inferior a 2018, com mais receita, mas ainda com mais despesa. ---

-----Assim importa perceber qual é a estratégia de crescimento protagonizado pela Câmara Municipal, já que o aumento de custos é refletido não em obras, mas em custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos e também que qualquer cidadão ou investidor, perceba através

desta prestação de contas qual é a estratégia para o futuro que Câmara Municipal deseja para o concelho, visto que através da atratividade fiscal não é. -----

----- Neste sentido o Grupo Municipal do PSD vai votar pela abstenção. -----

----- Após as intervenções que o antecederam o *deputado municipal Sérgio Jacinto*, disse ter ficado sem perceber quanto paga cada torriense para a receita do município, solicitando esclarecimentos.

----- Também sobre o valor de €747,00 mencionado pela colega Marta Geraldês, o *deputado municipal Rui Prudêncio* questionou como apurou este valor. -----

----- A *deputada municipal Marta Geraldês* reportou-se à página 44 do relatório de gestão onde refere que “se dividirem a receita arrecada pelo número de habitantes do concelho verificam que cada habitante contribuiu em 2019 com cerca de €747, 00 para as receitas municipais”, do qual cada cidadão contribui €299,00 de impostos diretos. -----

----- O *deputado municipal Rui Prudêncio* esclareceu que na verdade cada um contribuiu para o orçamento da autarquia através dos seus impostos o valor de €299,00, mas o resto resulta da prestação de serviços, sendo o valor de €747,00 referido no relatório, toda a receita da Câmara Municipal a dividir por todos os habitantes. -----

----- Esclarecido o plenário, o presidente da Mesa colocou à votação o documento em discussão. --

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou por maioria 26 votos a favor e 14 abstenções aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Município de Torres Vedras do ano de 2019. -----

----- Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do PS e Pedro Bernardes. -----

### **3 - PROPOSTA N.º 34/CM/2020 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE ATIVIDADES, DO ANO DE 2019, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:** -----

----- Presente ofício número 2835, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 23/06/2020, a remeter documentos em título, de acordo com o deliberado pelo executivo nesta mesma data. -----

----- Foi dada a palavra ao *presidente da Câmara*, que desde logo salientou que se trata de uma prestação de contas na linha do trabalho que vem sendo feito e que se traduz em serviços de qualidade no fornecimento de água e rede de saneamento. -----

----- Salientou que em termos de rácios de gestão: a solvabilidade de 296%, autonomia financeira de 74, 74 % e liquidez geral de 5,01%, os números denotam a solidez económica/financeira. -----

----- Agradeceu aos trabalhadores dos SMAS, salientando que em termos de investimentos a aposta tem sido cada vez mais na eficiência da gestão da água, através dos programas de telegestão no combate às perdas de água, assim como melhoramentos nas redes de saneamento básico a nível de alguns casais que estava em falta. -----

-----O *deputado municipal Nelson Aniceto* assinalou que há uma tendência positiva que se tem manifestado na gestão dos SMAS nos últimos anos. -----

-----As contas de 2019 demonstram um resultado líquido do exercício de €125.832,00 e o PPI teve uma taxa de execução de 64% cujos motivos estão devidamente identificados, tendo a ver com o facto de alguns procedimentos concursais terem tido atrasos e outros terem ficado desertos.-----

-----Salientou que apresentam uma estrutura económica equilibrada dado que o total das receitas correntes superou o total das despesas correntes, a despesa total apresentou um grau de execução 88% e a receita de 99,7 %, os rácios financeiros mantem-se bons e verificou-se uma ligeira variação negativa na liquidez geral em relação a 2018, mas que foi pouco expressiva.-----

-----Destacou que o nível da cobertura da rede de água está quase nos 100% e no saneamento faltam algumas décimas, e ainda os investimentos nos programas da telegestão e telemetria para melhorar a gestão do abastecimento de água e que irão permitir a diminuição em cerca de 21,97% de perdas de água, o que significa o desagravamento de 1,7% face a 2018.-----

-----Concluiu que as contas refletem o cumprimento rigoroso do orçamento da despesa e os objetivos foram alcançados com elevado grau de eficiência e economia, que deve merecer por parte desta Assembleia a sua aprovação por unanimidade. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* disse ter as mesmas dúvidas que teve em relação às contas da Câmara uma vez que estão previstos para o processo da municipalização dos resíduos, 40 milhões de euros e pensa que este montante não chega. -----

-----Ressalvou que o resultado dos SMAS é positivo, mas inferior ao do ano passado em 130 mil euros. Relativamente às perdas, não crê que sejam ultrapassadas com telegestão e telemetria, tendo em conta que a diretora delegada, na reunião de esclarecimentos informou que há fugas na rede antiga e vão ser necessários muitos milhões, e estão atrasados e sem ter fundos comunitários no futuro porque perderam oportunidades. -----

-----Assim, indicou que o PSD vai abster-se na votação. -----

-----Não se registaram mais intervenções tendo sido de imediato votado o ponto em discussão.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou por maioria 30 votos a favor e 9 abstenções, aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Atividades dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Torres Vedras do ano de 2019.-----

-----Anota-se que se votaram a favor os deputados municipais do PS, CDS-PP, TnL, BE e Pedro Bernardes. -----

-----Encontrava-se ausente Marta Gerales. -----

**PROPOSTA N.º 29/CM/2020 - PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – DECRETO-LEI N.º**

**57/2019, DE 30/04 – FREGUESIA DE PONTE DO ROL:**-----

-----Presente ofício número 2599 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 9/06/2020 a dar conhecimento que em sua reunião desse mesmo dia, deliberou transferir anualmente para a Junta da Freguesia de Ponte do Rol, os recursos financeiros de €99.000,00, com vista ao exercício das competências previstas nas alíneas a), b), c), d), e), f) e l) do n.º 1, do art.º 2.º, do mesmo diploma e, nessa sequência, deliberou nos termos do n.º 2, do art.º 5º, do referido diploma submeter a proposta de transferência de recursos financeiros à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----O **presidente da Câmara** deu nota que chegou a um entendimento com a junta de freguesia, depois de terem a orçamentação de todas as ações, nomeadamente dos espaços que até aqui tem sido mantidos pela autarquia, superando assim os diferendos que havia, pena tem que não tivesse sido mais cedo. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* contextualizou o assunto lembrando que inicialmente foi recusada uma proposta de €85.000,00, foi feita contraproposta de €95.000,00 que também foi recusada e passados alguns meses a Câmara Municipal propõe o valor €99.000,00, valor superior ao que tinha sido recusado à junta de freguesia, sendo que as urbanizações ficam a cargo da junta depois de limpas pela autarquia, mantem-se o apoio para a maquinaria pesada pelo que fica por perceber a razão de terem demorado tanto tempo para chegar a este acordo. -----

-----Aproveitou para questionar sobre o projeto piloto que teria início em julho de 2020 respeitante ao conjunto de todas as competências descentralizadas previstas no Decreto-lei 57.-----

-----O PSD irá votar a favor, como fazem sempre que há acordos com as juntas de freguesia embora mantenham críticas pelo facto de serem transferidas algumas competências e não de todas como pensam ser o espírito do diploma.-----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* disse que o Grupo Municipal do PS saúda este entendimento entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. -----

-----Na altura não entendeu muito bem a razão de não terem chegado a um acordo, mas o processo denota agora uma tomada de posição conjunta fixando um valor para as competências a transferir, a bem das populações. -----

-----O *deputado municipal João Rodrigues* referiu que o BE pelas razões que já conhecidas, é contra a transferência de competências na sua generalidade, mas desta vez votará em abstenção por se tratar de um processo decidido e uma vez que as restantes freguesias já viram os montantes serem transferidos, será por ele que o montante não será aprovado em linhas com as restantes freguesias do concelho.-----

-----Continuam, no entanto, a salientar, que este tipo de política, onde a hierarquia organizacional do Estado simplesmente parece alienar-se das suas responsabilidades transferindo para os concelhos e estes para as freguesias competências variadas sem um processo de regionalização



sustentado, é causa de uma maior desigualdade territorial e como tal afetará negativamente as outras zonas do país que já de si são mais carentes de tudo. -----

----Em resposta sobre o projeto piloto o **presidente da Câmara** informou a deputada municipal Rita Sammer que estavam a preparar o mesmo para o segundo semestre de 2020. -----

----O **presidente da Mesa**, submeteu à votação o ponto em discussão. -----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 3 abstenções, aprovar a proposta de transferência para a Junta de Freguesia da ponte do Rol, dos recursos financeiros de € 99.000,00 com vista ao exercício por esta autarquia das competências previstas nas alíneas a), b), d), e) f) e l) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com efeitos a 1 de julho de 2020. -----

----Anota-se que se abstiveram os deputados municipais Maria Teresa Oliveira, Miguel Samarão e João Rodrigues. -----

**ENCERRAMENTO:** -----

----Tendo-se chegado à hora regimental para o encerramento da reunião e ainda não terem deliberado sobre todos os pontos agendados, o presidente da Mesa suspendeu os trabalhos indicando que continuariam no dia 30 de junho pelas 21.00h, em nova reunião em conformidade com a convocatória e edital respetivos.-----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE JUNHO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 29 DE JUNHO DE 2020:**-----

----Estiveram presentes os deputados municipais: -----

---- Rita João de Maya Gomes Sammer, Jacinto António Franco Leandro, Susana Maria Ribeiro das Neves, Pedro Miguel Sousa Nunes Castelo, António Carlos Nunes Castelo, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Rui José Prudêncio, José António do Vale Paulos, António Martins Moreira, Maria Teresa Lopes de Oliveira, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Francisco da Cruz Branco da Silva, Marta Filipa Sousa Geraldês, Maria Leonor Marques Marinheiro, João Pedro Alves Pimentel Duarte Gomes, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, João António Florindo Rodrigues, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Rui Pedro Avelar Lopes, Nuno Miguel Almeida dos Santos Henriques, Maria Manuela Hortas Silva Pacheco, Ana Isabel Marques Fiéis, Paulo Dinis Faustino Valentim, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim Espírito Santo, Carlos Alberto Alves Gomes, Luís Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Nuno Alexandre Paulo Cosme,

Natalina Maria Martins Luís, Nuno Carlos Lopes Pinto, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Francisco João Pacheco Martins, Miguel Jorge Santos Samarão e Ana Isabel Brandão Ferreira . -----

-----Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, Carlos Manuel Antunes Bernardes, e os vereadores, Marco Henriques Claudino, Laura Maria Jesus Rodrigues, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Luís Filipe Barbosa Aniceto, Bruno Miguel Félix Ferreira, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas e Maria João Pinto Correia.-----

-----O presidente da mesa deu a palavra ao *primeiro secretário*, **António Fortunato** que informou que se mantinha em funções Miguel Samarão e encontrava-se presente na sala em substituição do Presidente de Junta da União de Freguesias de Dois Portos e Runa, Ana Brandão conforme mail rececionado pelos serviços. -----

**5 - PROPOSTA N.º 32/CM/2020 – AUTORIZAÇÃO PARA “MUNICIPALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS”:** -----

**5.1 - CRIAÇÃO E INTEGRAÇÃO NA ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, DO SERVIÇO MUNICIPALIZADO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS:** -----

**5.2 - ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA E AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:** -----

**5.3 - MOBILIDADE NA CATEGORIA E/OU A REAFECTAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO DE 118 TRABALHADORES:** -----

**5.4 - TRANSIÇÃO DE CONTRATOS, IMOBILIZADO E INVENTÁRIOS PARA OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS:** -----

**5.5 - ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:** -----

**5.6 - 2.ª REVISÃO AO PPI E ORÇAMENTO RECEITA/DESPESA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, ANO 2020:**-----

-----Presente ofício 2708 de 16/06, a dar conhecimento que a Câmara Municipal, em sua reunião de 28/04/2020, deliberou por unanimidade, aprovar a criação de um serviço municipalizado de gestão de resíduos urbanos e a sua integração na estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, bem como o início da tramitação processual necessária à criação de um serviço municipalizado de gestão de resíduos urbanos e a sua integração na estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, nomeadamente, a adaptação e reestruturação organizativa, financeira e dos recursos humanos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras e da Câmara Municipal, para posteriormente submeter à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Dá também conhecimento também que a Câmara Municipal, na sua reunião extraordinária de 15/06/2020, deliberou propor à Assembleia Municipal, atentas as competências da Assembleia Municipal previstas nas alíneas m) n) e o) do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, o seguinte:-----

-----A. A criação de um serviço municipalizado de gestão de resíduos urbanos e a sua integração na estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, com efeitos a 1 de julho de 2020;-----

-----B. A aprovação da alteração à Estrutura Orgânica e ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, de acordo com as informações n.º 166/2020 da Divisão de Recursos Humanos e n.º 13/2020 da Divisão de Gestão de Áreas Urbanas, com incidência nos seguintes pontos:-----

-----Extinção da Divisão de Gestão de Áreas Urbanas (DGAU) e das suas competências;-----

-----Transferência da Área de Limpeza Urbana (ALU); da Área de Sistemas para Gestão Urbana (ASGU); e da Área Agroflorestal e de Espaços Verdes (AAFEV) e de todas as respetivas competências para a Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais (DIOM); -----

-----Extinção da Área de Mercados e Feiras (AMF) e das suas competências; -----

-----Extinção da Área de Gestão Resíduos Urbanos (AGRU) e das competências definidas nas alíneas a), b), c), d), e), f), i), j), l) e m); transferência das alíneas g) e h) para a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS); e transferência da alínea k) para a DIOM-ALU;-----

-----Transferência do Médico Veterinário Municipal e das suas competências para a DAS. -----

-----C. A aprovação da mobilidade na categoria e/ou a reafecção dos postos de trabalho dos 118 trabalhadores atualmente afetos à Divisão de Gestão de Áreas Urbanas (DGAU), de acordo com a informação n.º 165/2020 da Divisão de Recursos Humanos que se resume no seguinte:-----

-----50 trabalhadores para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;

-----45 trabalhadores para a DIOM - Área Agroflorestal e de Espaços Verdes (AAFEV);-----

-----10 trabalhadores para a DIOM - Área de Limpeza Urbana (ALU); -----

-----5 trabalhadores para a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);-----

-----6 trabalhadores estão em situações de mobilidade; -----

-----1 trabalhador para a DAS - SMPC - Gabinete Técnico Florestal (GTF);-----

-----1 trabalhador para a DIOM - Área de Sistemas para Gestão Urbana (ASGU). -----

-----Mais foi deliberado, tendo em conta a economia processual presente nos princípios gerais do CPA que referem a possibilidade de aproveitamento do ato administrativo, aprovar a transição para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras de dois procedimentos concursais a decorrer na Câmara Municipal para recrutamento de 18 Assistentes Operacionais (12 cantoneiros de limpeza e 6 motoristas) e a mobilidade do técnico superior Miguel Ângelo Varino Mendes, atualmente a exercer funções na CCDD-LVT. -----

-----D. A aprovação da transição de contratos, imobilizado e inventários para os Serviços

Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras de acordo com a informação conjunta da Divisão Financeira e da Divisão de Contratação Pública e Património n.º 17/DF&DCPP/2020 e que contempla o seguinte:-----

-----Relação dos contratos inerentes à atividade da Área de Gestão de Resíduos Urbanos (AGRU) e respetiva previsão do saldo a 30/06/2020. Os contratos que têm um saldo de 0€ à data de transição não são transferidos. Não são igualmente transferidos os contratos referidos nas alíneas ii) a vii) do ponto E, nas condições aí referidas.-----

-----Relação dos contratos que, no seu objeto, integram o fornecimento de bens e serviços necessários aos diversos serviços camarários, fazendo-se uma previsão da despesa inerente aos serviços de Gestão de Resíduos Urbanos, para o período entre 01/07/2020 e 31/12/2020. Estes contratos como são transversais a diversos serviços camarários mantêm-se no Município e são faturados aos SMAS até ao final do corrente ano, findo o qual serão revistos. Exceciona-se o contrato referido na alínea i) do ponto E, nas condições aí referidas; -----

-----Relação de viaturas, máquinas e equipamentos afetos à AGRU. Existem 2 viaturas (55-DI-86 e 77-UV-01) que, apesar de afetas aos serviços de resíduos, são propriedade da Valorsul, S.A. por via de um Protocolo de Colaboração celebrado entre aquela entidade e o Município de Torres Vedras, que permite a sua utilização e o responsabiliza pelos encargos decorrentes da sua normal fruição. A utilização destas duas viaturas pelos SMAS será comunicada à Valorsul, S.A.;-----

-----Relação de contentores afetos à AGRU; -----

-----Relação de mobiliário afeto à AGRU;-----

-----Relação de existências em Armazém.-----

-----E. Mais deliberou face do ofício dos SMAS n.º S00504-202006-OF-00368-SEGA, de 15/06/2020, no qual referem que verificam um desajustamento entre a previsão da receita e a previsão da despesa no montante aproximado de € 375.000,00, e da Informação n.º 21/DF/2020, e tendo em conta que se trata de um ano de transição, assumir, até ao final do corrente ano, as despesas com combustíveis e aquisição de peças e serviços para reparação da frota, até ao montante de € 375.000,00 que integram os seguintes compromissos identificados nos quadros anexos à informação referida no ponto anterior:-----

-----60285 – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.-----

-----63936 – Artur & Armando Pereira, Lda.-----

-----57030 – HIDROTRUCK, Lda.-----

-----63783 – Auto-Sueco Portugal - Veículos Pesados, S.A.-----

-----65892 – Auto-Sueco Portugal - Veículos Pesados, S.A.63830 – Autoengenhocas Reparações de Automóveis, Lda.-----

-----51820 – Aguarda adjudicação.-----

-----60284,60285, 61326, 63936,57030,63783,65892,63830,51820, 63442, 63935, que se manterão no município até ao final de 2020 nos seguintes moldes: -----

----- Contratos inerentes à atividade da Área de Gestão de Resíduos Urbanos (AGRU), sendo que os contratos que têm um saldo de 0€ à data de transição não são transferidos; -----

-----Contratos que, no seu objeto, integram o fornecimento de bens e serviços necessários aos diversos serviços camarários, que sendo transversais aos mesmos mantêm-se no Município e são faturados mensalmente aos SMAS até ao final do corrente ano, findo o qual serão revistos e que correspondem aos compromissos 65486 e 62779. -----

-----Ofício 2831 de 31/06 – Dá conhecimento que a Câmara Municipal na sua reunião de 23/06/2020, deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal: -----

----- 1 – A alteração da estrutura orgânica dos SMAS, traduzida na alteração do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de subunidades orgânicas, nos termos das alíneas c) e d), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atualizada, nos seguintes moldes: a) Número máximo de unidades orgânicas flexíveis - 6. - b) Número máximo de subunidades orgânicas - 15. -----

-----2 - O projeto de Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras e o respetivo organograma. -----

-----3 - A proposta de alteração ao mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

-----4 - 2.ª Revisão aos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2020 – Orçamento receita/despesa e Plano Plurianual de Investimentos.”-----

-----O **presidente da Câmara** deu algumas notas sobre o processo de integração do serviço de gestão de resíduos urbanos (atualmente prosseguido pela Câmara Municipal de Torres Vedras, sob o modelo de gestão direta) no âmbito de atuação dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, o qual visa melhorar os serviços. -----

-----Dentro desse âmbito, para além do diálogo estabelecido com a entidade reguladora, houve também diálogo com os sindicatos, assim como com todos os trabalhadores no sentido a que pudessem fazer esta transição com toda a tranquilidade que um processo desta natureza pressupõe. -----

-----Agradeceu a todas as equipas da Câmara Municipal que ao longo destes anos deram o seu melhor em prol do sistema de recolha do sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos do município para agora poderem partir para a municipalização desta gestão, ficando alocada nos SMAS, que passa a ter mais uma unidade de negócio para além da água e do saneamento. -----

----- Nesse sentido relevou o trabalho desenvolvido, para o qual também contribuíram algumas experiências positivas nos municípios de Loures e de Odivelas, pensando que o modelo irá funcionar com o profissionalismo que todos demonstram dia após dia, mantendo sempre a sustentabilidade

económico financeira do sistema que é determinante.-----

-----De seguida solicitou que fosse dada a palavra a Diogo Faria de Oliveira, representante da sociedade “ Defining Future Options,” responsável pela elaboração dos estudos desenvolvidos e que serviram de suporte à tomada de decisão do Executivo, após o que o presidente da mesa, agradeceu a presença do técnico em nome da assembleia e deu a palavra ao plenário para se pronunciar. ----

-----Relativamente à apresentação, o *presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, Pedro Vaza* disse que orador falou que não se iria notar nada, o que o assusta.-----

-----Assim questionou se após a municipalização deste serviço, vão manter a periodicidade de lavagem dos contentores atualmente praticada atualmente e quem irá ser responsável pelas bases de caixotes do lixo e sua segurança já que nunca viu esta iniciativa por parte da autarquia e alertou que sempre que é feita qualquer construção a localização dos caixotes do lixo é alterada, sem a junta ter conhecimento, mas é à junta que os residentes se dirigem para saber onde foram colocados.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* começou por dar nota que há um primeiro estudo em dezembro de 2018 que enuncia na sua conclusão 4 opções para a gestão dos resíduos sólidos urbanos: interna pela Câmara Municipal, através dos SMAS, através da empresa municipal ou através de operador privado e recomenda que se faça uma caracterização detalhada da situação atual, precisamente para avaliar a gestão conjunta dos serviços e esse estudo é adjudicado.-----

-----Acrescentou que há outro de fevereiro de 2019, cuja conclusão é idêntica à deste 3.º que lhes é apresentado hoje e que refere: “a gestão conjunto dos serviços resultará em benefícios económicos em melhor qualidade de serviço”, mas, ao identificar potenciais energias e economias de escala, entre o Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e comparando os modelos de gestão integrada, concluiu que a extinção dos SMAS e a sua integração na Câmara Municipal tem ganhos de eficiência muito limitados e portanto fora de questão.-----

-----Acrescentou ainda que o estudo refere que, a integração da área de gestão de resíduos urbanos nos SMAS, que pelos vistos foi a opção do município, tem ganhos e eficiência limitados, diz que os SMAS apresentam fortes limitações e não se afigura como o melhor modelo de gestão num quadro de eficiência e de melhoria contínua. Sobre a criação da empresa municipal, diz que há ganhos de eficiência fortes, introduz autonomia e racionalidade económica e de gestão sem perder o controlo e exclusivo por parte do município e afigura-se como um bom modelo de gestão face aos desafios que a citada área e os SMAS enfrentam hoje, sendo a concessão a privados posta de parte.-----

-----Deu também nota que na sequência deste estudo de fevereiro de 2019, o Município contratou os serviços para um estudo para constituição de uma empresa municipal, por 54 mil euros em julho de 2019, e cerca de 2 meses depois, em setembro de 2019, decide iniciar um trabalho no sentido

da municipalização. -----

-----Assim, havendo um estudo que propõe uma empresa municipal e não estando a dizer que é o melhor modelo ou que o defende, quer perceber a mudança de estratégia e como se evoluiu para este modelo. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportando-se ao facto de o orador ter dito que para os próximos 15 anos os proveitos seriam sempre superiores aos custos, disse não perceber como, num espaço temporal tão grande, conseguem aferir esse facto. -----

-----No que se refere às lavagens dos contentores o *presidente da Câmara* informou que é uma das grandes preocupações, que requer investimento e que será uma das prioridades adquirir equipamento para o efeito, após a municipalização. Quanto às bases para os contentores, será um aspeto incluído num diálogo colaborativo que a autarquia faz com as juntas de freguesia e que passará agora para os SMAS, informando que a muito curto prazo os presidentes de junta terão oportunidade de reunir com o concelho de administração e diretora delegada para definir um conjunto de regras com vista a melhorar os serviços, sendo esse o grande objetivo com este passo que vão dar. -----

-----No que respeita à resolução de avançar com a municipalização, esclareceu que foi fruto de um processo evolutivo, que incluiu diálogo com os trabalhadores e sindicatos, e que em função das várias variáveis que tinham, julga que em boa hora tomaram esta decisão de avançar pela municipalização, tendo sido dentro deste modelo que tudo foi preparado ao detalhe para que possa funcionar dentro daquilo que são as suas perspetivas e a partir de agora ficarem com um instrumento de apoio à gestão de resíduos com uma visão estratégica de 15 anos. -----

-----Quanto à dúvida manifestada pelo deputado municipal Pedro Castelo sobre esta previsão de 15 anos quando sabem que tudo num momento se pode transformar, assegurou que estarão disponíveis para alterar se for necessário, mas está convicto que com esta ferramenta vão melhorar a prestação do serviço, com mais qualidade, eficiência e eficácia, sendo esse um dos grandes objetivos deste trabalho. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* disse que estudou os documentos disponibilizados e gostaria de obter alguns esclarecimentos sobre este plano de investimentos. -----

-----Passando a explicar reportou-se à taxa de perdas referida na página 21 que pressupõe baixar em 15 anos para 15%, o que não faz sentido e gostaria de perceber a perspetivação técnica - económica subjacente. -----

-----No que se refere à remodelação da rede de águas de abastecimento a uma taxa de 3,6% ao longo de 15 anos e que consta na página 37, num total de 45,3 km, pelas suas contas é muito pouco, pelo que gostaria de saber como é que foi feito este estudo, atento à antiguidade de alguns ramais e porque não sabe se este investimento está consubstanciado a página 39 e seguintes, mas

sabe que a telemetria e equipamentos digitais vão permitir identificar exatamente onde há as ditas perdas, e neste momento, com 15 anos de distanciamento não percebe como se consegue saber se é este conjunto de obras ou serão outras. -----

----Disse ainda não ter a noção se economicamente o investimento que consta no estudo representará perto 40 milhões de euros, e se são os valores concretos e reais para recuperação de saneamento e abastecimento de água, mas será esta a fatura dos próximos 15 anos. -----

----O *deputado municipal Nelson Aniceto* frisou que o modelo proposto é, entre outros que poderiam ter sido considerados, aquele que tem uma linha de continuidade no sentido de terem uma transferência dos serviços prestados da Câmara Municipal para os serviços municipalizados, e que será sem dúvida, o que menos impacto terá na organização dos serviços e no serviço que é prestado à população, bem como irá permitir alguns ganhos de gestão e de eficiência. O estudo que lhes foi apresentado tem cenários a 15 anos que terão de ter em conta estimativas, que têm como premissas os dados conhecidos ao dia de hoje. -----

----Quando se fala na necessidade de intervenção na rede de água e saneamento de 45 km como disse o deputado municipal que o antecedeu, também é bom que se diga que na mesma página está prevista a construção de cerca de mais 30 km de condutas, que faz de parte de uma gestão cuidada, mas onde haverá sempre variáveis que não estão contabilizadas num planeamento a longo prazo. -----

----Concluiu dizendo que ao grupo municipal do PS parece que a solução preconizada é adequada, tem vantagem de dar uma melhor resposta face aos dados apresentados, nomeadamente na renovação do parque automóvel, no incremento da frequência de limpeza dos contentores, reabilitação e renovação do parque de contentores e permitirá efetivamente a prestação de um melhor serviço, pelo que tem todas as condições para ser uma mudança que vai de encontro às expectativas e aquilo que os torrienses merecem, motivo pelo qual merecerá a aprovação deste grupo municipal. -----

----O *deputado municipal Nuno Henriques* solicitou que fosse quantificado o período em que as perdas atingem 15% . -----

----Relativamente ao facto de se ter falado de viaturas e de ambiente, disse que era importante saber se está previsto serem elétricas ou menos poluidoras, por ser importante a sustentabilidade a médio prazo e se já incluiu ou não as mudanças de paradigmas que irão ter a partir de 2020 com esta pandemia e com os seus custos. -----

----Em resposta ao deputado municipal Luis Carlos Lopes, *o presidente da Câmara*, informou que o planeamento em causa foi devidamente aprofundado pelos técnicos dos SMAS e tem a projeção de 15 anos de acordo com a legislação em vigor. -----

----Para as restantes questões foi dada a palavra ao *Dr. Diogo Oliveira* que começando pelas



questões do estudo e do valor dos investimentos, esclareceu que de facto se procurou fazer um equilíbrio entre aquilo que é a capacidade de investimentos dos SMAS sem gerar empréstimo e as prioridades para o concelho.-----

-----Acrescentou que 45 km em 1200 km são 3,75% o que dá uma média de 0,25% ao ano, no entanto nos primeiros 3 anos vai-se investir 500 mil euros e depois uma média de 150 mil euros durante os 15 anos, perfazendo um total em renovação de redes de 3 milhões de euros. O ideal seria renovar mais ainda, mas aí não seriam 40 milhões, seriam mais.-----

-----Acrescentou ainda que se procurou fazer um estudo a 15 anos porque entenderam que é um prazo suficientemente razoável para apoio à decisão em termos de investimentos, uma vez que tem que se ter uma visão do impacto que possa ter na tarifa e no concelho, e por conseguinte é um instrumento que vão deixar nos SMAS para que possam fazer as suas análises de sensibilidade no sentido de antecipar o investimento, ou postecipar.-----

----- Relativamente aos proveitos e aos custos houve a preocupação de acomodarem os investimentos, já que hoje esta área está equilibrada nas contas. Não dá lucro mas também não dá prejuízo, dando inclusivamente algum excedente anual, tendo os SMAS acumulado nas suas contas bancárias 6 milhões de euros para poderem investir e fazer face a estes 40 milhões de euros, não sendo um plano nem demasiado ambicioso, nem otimista, nem irrealista e que se consegue fazer ao longo dos 15 anos.-----

-----No que respeita à frota veículos esclareceu que não são elétricos, fazem 450 mil km por ano e não há veículo elétrico com esta capacidade e o que está preconizado relativamente às lavagens é aumentar nomeadamente, através de carros de recolha e de lavagem automática, com a aquisição de 2 carros no ano 2 e 2 no ano 12, para além dos carros de lavagem que existem só para esse efeito. Assim, vão ser adquiridas no total 8 viaturas ao longo dos 15 anos, que irão permitir aumentar o número de lavagens para 11 por ano.-----

-----No que respeita às perdas, deu nota que no ano do estudo estavam a 23%, mas os SMAS já fizeram um investimento muito grande nas chamadas “zonas de medição e controlo”, que demoram tempo a dar resultados, e pretendem investir num sistema que se chama “Eperdas”, que compreende a telegestão nessas zonas, sendo a partir do 2.º 3.º ano, com o conhecimento e os dados estatísticos verificados, que se consegue as maiores otimizações.-----

-----Considera que reduzir as perdas até 15% não é demasiado ambicioso, no sentido de que devem ser realistas e neste momento estão convencidos que com os equipamentos que os SMAS estão a adquirir e com o conhecimento das zonas de medição e controlo, esta percentagem é fazível.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* questionou se ao dia de hoje o município sabe a localização exata dos contentores dos resíduos urbanos que existem no concelho e sabendo dessa localização, quantificação e tipologia dos mesmos, pois se estão a municipalizar e a transferir este

tipo de competências, considera importante saber o que estão a fazer na base. -----

-----Ao que julga saber, estão a caminhar para a melhoria das condições da água que sai das Etares, questionando se está previsto e em caso afirmativo para quando, a utilização dessas mesmas águas para a rega dos jardins públicos e para a lavagem das artérias dos núcleos urbanos do município pois esta operação de lavagem, já se impunha antes desta pandemia que os afeta, atendendo ao maior desleixo que se tem vindo a verificar designadamente nos possuidores de animais domésticos.

-----O *presidente de Junta de Freguesia do Ramalhal, António Espírito Santo*, interveio no sentido de alertar para a necessidade de se educar os residentes no que se refere à reciclagem e ao depósito dos resíduos nos contentores, no sentido de terem comportamentos mais coerentes e não deixarem os seus lixos no chão junto dos mesmos. -----

-----Referiu-se também às águas pluviais que vão para as etares, provenientes dos telhados e pátios, que depois é medida e paga, sendo no seu entender uma questão que continua a não ser fiscalizada. -----

-----Aludiu também à questão das bases dos contentores já falada, assinalando que a autarquia, tem gerido essa lacuna em cooperação com as juntas. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou sobre o valor do investimento que se irá fazer na renovação da frota dos carros nos próximos 15 anos. -----

-----De novo no uso da palavra o *presidente da Câmara* informou que têm cerca de 3600 contentores, todos georreferenciados, estando o parque de contentores que passa para os SMAS todo quantificado. Referiu ainda que o estudo em apreço prevê, ao longo dos 15 anos, a sua renovação para um total de 3.850, tendente a melhorar o aspeto funcional de cada unidade e o seu tempo de vida útil. -----

-----No que diz respeito às “fábricas da água”, assim designadas agora as etares, deu nota que ainda a semana passada celebraram um protocolo com as Águas do Tejo e Atlântico e com as duas associações de regantes existentes no território para reutilização das águas da etares da cidade, visando a rega da agricultura, cujos estudos que vão desenvolver no presente ano irá contemplar também a possibilidade de rega de espaços verdes. -----

-----Agradeceu a intervenção do autarca do Ramalhal, assegurando que estão a trabalhar em cooperação para a melhoria contínua da gestão de resíduos urbanos do município e também com vista a melhorar os sistemas separativos para funcionarem dentro dos parâmetros de qualidade que pretendem alcançar neste domínio. -----

-----Em resposta ao deputado Pedro Castelo informou que são 8 viaturas e cada viatura ronda entre 150 e 200 mil euros. -----

-----O *deputado municipal Jacinto Leandro* saudou a decisão política da Câmara Municipal por finalmente e ao fim de muitos anos clarificar e racionalizar o papel da gestão de resíduos sólidos da

forma a criar condições, para que seja uma verdadeira resposta integrada numa filosofia de serviços ambientais que os cidadãos há muito esperam. -----

-----Assim, saudou o Executivo Municipal que aprovou por unanimidade a criação deste serviço e a sua integração nos SMAS, que trás diversas vantagens, em primeiro lugar porque os SMAS têm provas dadas, em segundo porque não se partiu para a criação de uma empresa municipal, sendo esta sem dúvida a melhor proposta. -----

-----Aproveitou para manifestar a sua dúvida no que se refere ao início da integração uma vez que pensava que seria para iniciar no dia 1 de janeiro de 2021, mas inicia a 1 de julho. -----

-----Deixou a sua satisfação por finalmente encontrarem uma resposta adequada e à altura para ajudar uma questão das mais importantes, num modelo onde estão criadas as condições para se começar a lutar, a trabalhar com outro tipo de argumentos, e respostas que espera que sejam efetivas, pois considera que esta área é uma das preocupações fundamentais dos cidadãos de Torres Vedras. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* realçou que o PSD também se revê com esta solução de municipalização, tendo sido entre outros aspetos, haver uma questão de continuidade no processo de transição, ponderoso na tomada de decisão pelos seus vereadores no Executivo. -----

-----Assinalou novamente que aquilo que não percebem e que lamentam não ter sido esclarecido pelo edil são os critérios que levaram à mudança de caminho, não que não concordem, mas não percebem as razões que consideram relevantes, uma vez que a Câmara Municipal desembolsou o valor de 54 mil euros num estudo para criar uma empresa municipal e 2 meses depois desistiu da mesma e decidiu trabalhar no sentido da municipalização. -----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto* insistiu na questão da utilização das ditas “fábricas de água” na lavagem de ruas dos espaços urbanos, questionando se está previsto e se sim para quando e com que periodicidade, uma vez que a varredura automática não se mostra suficiente principalmente no verão e agora acrescida da pandemia. -----

-----Interveio de novo o *deputado municipal Pedro Castelo* dizendo que neste processo esteve bem a Câmara Municipal, o Executivo e o edil, porque desde o início houve o condão de pôr em cima da mesa todas as hipóteses que podiam servir os interesses de Torres Vedras: a municipalização, a criação de uma empresa municipal, continuar como estava ou até mesmo a concessão a privados. -----

-----Independentemente dos gastos e dos estudos, o CDS-PP acha que em causa estão a eficiência e eficácia e acima de tudo uma garantia aos torrienses e aos consumidores que não vão ter mais acréscimo daquilo que já pagam e o estudo que o Dr. Diogo Faria de Oliveira lhes traz não prevê efetivamente nenhum aumento nesse sentido, além do valor da inflação, pelo que ficam satisfeitos e esclarecidos. -----

-----Concluiu dizendo que a proposta do Executivo Municipal irá ter o total apoio do CDS-PP, com

votos para que seja um sucesso, mostrando-se disponível para daqui a uns anos se for necessário juntamente com o executivo, retificar aquilo que tiver que ser retificado.-----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que depois do referido pela sua líder de bancada era importante dar nota que o PSD unanimemente no Executivo e agora no Deliberativo se revê nesta proposta, independentemente do caminho que percorreu, embora não lhe parecendo curial que se analise tão rapidamente um estudo e em 2 dias se possa malbaratar ou não 54 mil euros.-----

-----Lembrou que houve sempre ao longo dos tempos a celeuma que o PSD queria privatizar, mas felizmente que agora e para os próximos anos essa questão não se colocará e não será mais arma de arremesso política como foi em diversas campanhas eleitorais. -----

-----Agradeceu ao Dr. Diogo Faria de Oliveira, os esclarecimentos que teve a gentileza e sinceridade de prestar, quanto aos tais 3,6 % de renovação da rede de águas que poderá ser ou não escasso e que poderão ser 40 ou 50 milhões de euros.-----

-----Podem ter desagradáveis surpresas, mas espera que assim não aconteça para que a tal almofada de 6 milhões seja suficiente, pois podem não conseguir chegar às taxas de perdas de 15% a 15 anos, sendo essa meta que está perante todos os executivos municipais para os próximos 15 anos, e lembrou que já não se trata de quantidade, mas também de qualidade, pensando que muita da rede existente está envelhecida e terá que ser adicionalmente substituída, o que os poderá penalizar no futuro.-----

-----Terminadas todas as intervenções tomou a palavra o *presidente da câmara* para alguns esclarecimentos finais:-----

-----No que se refere à questão do estudo esclareceu que foi adjudicado por 54 mil euros, contundo não sendo realizado na íntegra, vão liquidar à empresa 36 mil euros pelos trabalhos de especialidade de engenharia jurídica e estudo de viabilidade económica ou financeira.-----

-----Esclareceu ainda que a municipalização faz parte de um processo que tem a sua dinâmica que está alicerçado para começar no dia 1 de julho, para o qual têm vindo a trabalhar nos últimos meses, sendo importante para o município dar este passo importante para encerrar este *dossier*.-----

-----Em resposta ao deputado municipal Sérgio Jacinto disse, que face aos estudos que irão ser realizados, julga que daqui por 2 anos haverá condições, de utilizarem a água das “fábricas de água” para lavagem de estradas e arruamentos no nosso território.-----

-----Respondendo ao deputado municipal Pedro Castelo fez notar que todo processo foi feito em diálogo com os trabalhadores e com a empresa contratada, estando a partir de agora criadas todas as condições para poderem continuar o trabalho e aprofundá-lo, visando a prestação de um serviço de qualidade aos munícipes -----

-----Por fim agradeceu o acolhimento do plenário para ouvirem da parte do Dr. Diogo Faria de

Oliveira, todo o enquadramento que os municiou de todos os dados para suporte à tomada de decisão final.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos das alíneas m) n) e o) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09 e com efeitos a 1 de julho de 2020, o seguinte:-----

----**Aprovar** a criação de um serviço municipalizado de gestão de resíduos urbanos e a sua integração na estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

----Aprovar a alteração da estrutura orgânica e do Regulamento de organização dos serviços municipais, da Câmara Municipal de Torres Vedras, conforme documentos anexos à ata da referida reunião, nos seguintes termos:-----

----Extinção da Divisão de Gestão de Áreas Urbanas (DGAU) e das suas competências;-----

----Transferência da Área de Limpeza Urbana (ALU); da Área de Sistemas para Gestão Urbana (ASGU); e da Área Agroflorestal e de Espaços Verdes (AAFEV) e de todas as respetivas competências para a Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais (DIOM); -----

----Extinção da Área de Mercados e Feiras (AMF) e das suas competências; -----

----Extinção da Área de Gestão Resíduos Urbanos (AGRU) e das competências definidas nas alíneas a), b), c), d), e), f), i), j), l) e m); transferência das alíneas g) e h) – Canil Municipal - para a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS); e transferência da alínea k) para a DIOM-ALU; -----

----Transferência do Médico Veterinário Municipal e das suas competências para a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS).-----

----Aprovar a mobilidade na categoria e/ou a reafectação dos postos de trabalho de 118 trabalhadores afetos à Divisão de Gestão de Áreas Urbanas (DGAU), da Câmara Municipal, nos seguintes termos:-----

----Cinquenta trabalhadores para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras;-----

----Quarenta e cinco trabalhadores para a Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais (DIOM) - Área Agroflorestal e de Espaços Verdes (AAFEV);-----

----Dez trabalhadores para a Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais (DIOM) - Área de Limpeza Urbana (ALU);-----

----Cinco trabalhadores para a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);-----

----Seis trabalhadores estão em situações de mobilidade; -----

----Um trabalhador para a Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS) - SMPC – Gabinete Técnico Florestal (GTF);-----

----Um trabalhador para a Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais DIOM - Área de Sistemas para Gestão Urbana (ASGU). -----

----Aprovar a transição para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras, de dois procedimentos concursais a decorrer na Câmara Municipal para recrutamento de 18 Assistentes Operacionais (12 cantoneiros de limpeza e 6 motoristas) e a mobilidade do técnico superior Miguel Ângelo Varino Mendes, atualmente a exercer funções na CCDR-LVT. -----

----Aprovar a alteração da Estrutura Orgânica Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras, traduzida na alteração do número máximo de unidades orgânicas flexíveis e de subunidades orgânicas, nos termos das alíneas c) e d), do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atualizada, nos seguintes moldes:-----

----a)Número máximo de unidades orgânicas flexíveis – 6-----

----b)Número máximo de subunidades orgânicas – 15-----

----c)Aprovar o projeto de Regulamento da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras e o respetivo organograma.-----

----Aprovar o Mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

----Aprovar a 2.ª Revisão aos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para 2020 – Orçamento receita/despesa e Plano Plurianual de Investimentos.-----

----Aprovar a transição de contratos, imobilizado e inventários para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Torres Vedras, identificados nos documentos anexos à ata da referida reunião, com efeitos a 1 de julho de 2020, com exceção dos referentes aos compromissos 60284,60285, 61326, 63936,57030,63783,65892,63830,51820, 63442, 63935, que se manterão no município até ao final de 2020 nos seguintes moldes:-----

----Contratos inerentes à atividade da Área de Gestão de Resíduos Urbanos (AGRU), sendo que os contratos que têm um saldo de 0€ à data de transição não são transferidos;-----

----Contratos que, no seu objeto, integram o fornecimento de bens e serviços necessários aos diversos serviços camarários, que sendo transversais aos mesmos mantêm-se no Município e são faturados mensalmente aos SMAS até ao final do corrente ano, findo o qual serão revistos e que correspondem aos compromissos 65486 e 62779. -----

----Viaturas, máquinas e equipamentos afetos à AGRU, incluindo 2 viaturas (55-DI-86 e 77-UV01) que, apesar de afetas aos serviços de resíduos, são propriedade da Valorsul, S.A. por via de um Protocolo de Colaboração celebrado entre aquela entidade e o Município de Torres Vedras, que permite a sua utilização e o responsabiliza pelos encargos decorrentes da sua normal fruição. A utilização destas duas viaturas pelos SMAS será comunicada à Valorsul, S.A.;-----

----Contentores afetos à AGRU;-----

----Mobiliário afeto à AGRU;-----

-----Existências em Armazém.”-----

## **6 - CUIDADOS DE SAÚDE:**-----

-----O **presidente da Mesa**, introduziu o ponto 6 referindo que inicialmente só tinha como questão o acompanhamento da execução do protocolo celebrado entre o Município e o Centro Hospitalar do Oeste (CHO), a 12 de fevereiro. Referiu ainda a necessidade de incluir uma segunda questão neste ponto que tem a ver com o acesso e funcionamento dos cuidados de saúde primários no Centro de Saúde de Torres Vedras pois chegou ao conhecimento de vários membros da Comissão de Saúde que se estavam a colocar dificuldades, para não dizer impossibilidades no acesso aos mesmos, especialmente nas duas USF e que documento só hoje foi distribuído pois a reunião com os responsáveis do Centro de Saúde realizou-se na passada 6ª feira.-----

### **6.1 - PROPOSTA N.º 12/AM/2020 – ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO CELEBRADO EM 12/02/2020 ENTRE O MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS E O CENTRO HOSPITALAR DO OESTE:**-----

-----Presente documento elaborado pela Comissão Permanente de Saúde, que decorreu da primeira de reunião realizada no dia 16/06 por videoconferência para o acompanhamento em título ao abrigo da cláusula 5.º do Protocolo de Cooperação entre o Município e o CHO, que prevê o acompanhamento da sua execução pela Assembleia Municipal, na qual participaram, pelas partes outorgantes, a presidente do Conselho de Administração do CHO, Elsa Baião, e a vereadora da Câmara Municipal, Ana Umbelino, e em representação da Assembleia Municipal, o presidente da Mesa e quatro dos membros da Comissão Permanente de Saúde e onde a metodologia adotada foi a do desfiamento de todas as obrigações que competem a cada uma das partes, tendo a presidente do Conselho de Administração do CHO feito um ponto de situação.-----

-----O **deputado municipal Rui Prudêncio**, disse que deveria estar a ser apresentada a 2.ª avaliação da sua execução, pois estava programada uma avaliação trimestral, mas decorrente da pandemia trata-se da 1.ª avaliação. Prosseguiu dando nota que em boa hora foi o protocolo aprovado pelo PS na Assembleia Municipal pois provavelmente sem ele não teriam o conhecimento de causa do que se está a passar atualmente no CHO. A grande questão era manter as valências do Hospital de Torres Vedras. Com esta pandemia tudo indicaria que algumas seriam desviadas para outras unidades do CHO, contudo, foram todas mantidas e por acréscimo da pandemia foram acrescentadas mais duas valências: a Urgência e o internamento da COVID.-----

-----O facto de terem tido capacidade de alguma forma influenciar a vinda destes dois serviços para Torres Vedras e a aquisição de 10 equipamentos de ventilação, que são no fundo os instrumentos de uma unidade de cuidados intensivos, faz-lhes ver uma luz ao fundo do túnel para a criação da UCI em Torres Vedras, uma vez que foi criado na nossa unidade, ao abrigo da receção desses 10 equipamentos, uma unidade intermédia de suporte aos doentes COVID, que é a primeira fase da

criação de uma unidade de cuidados intensivos.-----

-----A urgência pediátrica funcionou em pleno, e não houve falta de recursos humanos. Aliás, uma das questões focadas na reunião com o CHO foi que este surto permitiu que os hospitais públicos não tivessem problemas de recursos humanos, decorrente do encerramento das unidades de saúde privadas. Referiu ainda que o internamento pediátrico, está em fase de projeto, estando a CMTV e CHO em estreita ligação para a sua criação. Frisou o atraso do concurso anual para médicos, que devia ter sido lançado em março pois foi aberto concurso sim, mas para progressão na carreira. ---

-----A criação da unidade de manipulação de citotóxicos, está a ser estudada com a colaboração de ambas as entidades. Quanto à remodelação do serviço de urgência, referiu que sofreu um retrocesso, pois não foi possível executar em tempo útil, o que fez com que os custos da obra disparassem, estando fora do que estava aprovado pelo Ministério das Finanças, estando todo esse processo a ser novamente refeito.-----

-----Concluiu dizendo que gostava que tudo tivesse sido feito ontem, mas o que interessa é que as coisas estão a andar dentro dos prazos possíveis e dentro daquilo que são as circunstâncias da pandemia.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* iniciou a sua intervenção dizendo que não tem uma leitura exatamente igual à do deputado Rui Prudêncio, o que não é naturalmente de estranhar, pois o protocolo na data da sua assinatura já estava atrasado. Quanto à questão da urgência, que é bastante premente e permanece sem solução, na informação que o Presidente da Câmara enviou a propósito do acompanhamento da execução do protocolo assinalou a existência de portaria da autorização de despesas plurianual, mas que é anterior à revisão do projeto, ou seja, só autoriza 1.300M e não os 1.600M que são necessários, o que significa que este valor não está autorizado diferentemente do que é dito na informação.-----

-----Relativamente às vagas também não foi rigorosa a informação do Presidente pois o concurso era de progressão na carreira e não para aumentar o número de pediatras, podendo induzir em erro se não houvesse uma leitura mais cuidadosa. -----

-----Manifestou ainda a preocupação com a questão dos recursos humanos pois, entretanto, as unidades de saúde privadas já abriram, e crescendo o atraso na questão das vagas, a situação é problemática. Concluiu dizendo que não existindo ainda o internamento pediátrico nada garante que consigam afetar as vagas à unidade de Torres Vedras, estando pouco tranquila com esta questão.-

-----Manifestou também a sua preocupação referente ao protocolo do novo hospital do oeste, celebrado entre a CIM, o CHO e a ARSLVT em agosto de 2019, que tinha como objeto a elaboração de “Estudo para o perfil assistencial, dimensionamento, localização e avaliação do projeto para construção de um novo hospital” atualmente o estudo mudou radicalmente de nome e chama-se agora “ A futura política de saúde do Oeste”. Este estudo não faz parte do protocolo e gostaria de



entender o que se passou.-----

----O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, recordou que a Assembleia e o seu presidente têm pugnado para que estas questões não caiam no esquecimento e sejam tratadas da melhor forma possível, mas o mesmo ficou aquém daquilo que estava previsto, programado ou pensado. Não por culpa do Município, mas essencialmente por culpa da Tutela que não deu o devido andamento aos seus anseios. Ainda assim, realçou que foram mantidas todas as valências, a urgência pediátrica e acima de tudo a possibilidade da criação da unidade de cuidados intensivos com os ventiladores, doados, não adquiridos como referido pelo colega Rui Prudêncio, e que efetivamente pode ser a génese da criação da Unidade de Cuidados Intensivos, e da sua instalação em Torres Vedras.-----

----Dada a palavra ao **presidente da Câmara**, que no que concerne ao acompanhamento da execução do protocolo com o CHO, disse que a autorização do plurianual para a construção das urgências já se encontra no Ministério das Finanças, tendo falado com a senhora secretaria de estado da tutela para se conseguir o mais rapidamente obter essa autorização. Referiu a importância da existência do protocolo e do importante papel da Assembleia Municipal na sua monitorização, para que se possam encontrar formas e mecanismos de dar corpo ao mesmo, verificando-se à data de hoje a existência de um conjunto de ações, que caso não existisse protocolo, possivelmente nunca teriam alcançado. Com dificuldades sim, mas com empenho diário por forma a encontrarem essa plataforma de entendimento que foi essencial para Torres Vedras, que não esqueçam liderou esse processo, uma vez que o CHO tem grande parte do município de Mafra e da Lourinhã e efetivamente é Torres Vedras que está a liderar estas questões em defesa da saúde dos seus concidadãos, o que é para eles uma das prioridades.-----

----Concluiu a sua intervenção dizendo que no que diz respeito ao futuro Hospital do Oeste, depois de haver consenso entre os Presidentes de Câmara, ouviram-se as assembleias municipais, nomeadamente Peniche, Torres Vedras e Caldas da Rainha, cujas opiniões estão a ser trabalhadas pelas equipas da CIM. Neste momento está-se a encontrar uma plataforma que lhes permita olhar para os estudos com uma visão mais abrangente que possa dar corpo ao protocolo que foi estabelecido entre a CIM, o CHO e a ARSLVT.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

## **6.2 – PROPOSTA Nº 13/AM/2020 – ATENDIMENTO EM CUIDADOS DE SAUDE PRIMARIOS NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:**-----

----Presente documento “Acesso e Funcionamento dos Cuidados de Saúde Primários no Centro de Saúde de Torres Vedras” que resultou da reunião entre a direção do Centro de Saúde e a Comissão Permanente de Saúde da AM Torres Vedras, em 26 de junho.-----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* iniciou a sua intervenção dizendo que relativamente à reunião com a direção do Centro de Saúde não tinha muito boas notícias, pois esteve presente

enquanto membro de uma Comissão de Saúde, da Assembleia Municipal, com a direção de uma instituição pública, do SNS, mas teve a sensação de estar numa conferência de imprensa em que os presentes eram escritores de artigos, em que lhes foi relatado - infelizmente nem sequer pela boca do diretor, pois delegou noutro elemento da direção, Dra. Gisela Wilson, que faz parte do gabinete ao Cidadão, - de forma ligeira, com grande normalidade, aquilo que todos sabiam naquela sala não era normal. Não era normal não se ser capaz de marcar uma consulta. Mas na explicação apresentada é absolutamente normal, o que o preocupou e preocupa muito.-----

-----Disse ainda que durante a semana, quer o Presidente quer a própria Comissão foram recebendo pedidos consecutivos da direção do ACES sobre os temas que queriam ver discutidos. Como se a direção de uma organização que tem 20 médicos e 16 enfermeiros, não estivesse por dentro ou não devesse estar por dentro de tudo o que se passa na mesma, o que lhe causou estranheza. Na sua opinião, sendo a Assembleia Municipal um órgão fiscalizador, senão que não deles, poderiam ter demonstrado um bocadinho mais de respeito por aquilo que é trabalho dos deputados na assembleia.-----

-----Prosseguiu dizendo que o sistema está em autogestão, pois a gestão é efetuada pelos próprios. E até acredita e aceita que o diretor do ACES tenha dificuldade em por a “máquina” a funcionar. Pois não é uma máquina, mas 3: uma que é o centro de saúde, outra são as unidades de saúde familiar que tem autogestão própria, na qual o diretor não tem interferência e tem dificuldade em gerir o que não é da sua competência e depois os serviços de saúde pública. Ou seja, existem naquela instituição 3 camadas que estão em gestão própria que têm dificuldades de coordenação que se reflete no *feed back* que têm da freguesias. Porque se assim não fosse o *feed back* de todas as áreas de saúde em Torres Vedras seria o mesmo. Mas, há locais que funcionam bem e outros que funcionam mal. Isto reflete uma incapacidade de liderança de quem está a gerir o sistema. Só encontra essa explicação.-----

-----As respostas que obtiveram na reunião foram das mais absurdas, dando como exemplo ter questionado ter ligado às 15h56m para USF Arandis e ter uma mensagem de estarem encerrados. A resposta que obteve foi que era normal, pois encerram os serviços todos semanalmente durante duas horas para falar sobre os assuntos. Ou seja, é normal às 16h a USF estar encerrada, durante duas horas, nem para atender o telefone. E a solução apresentada é que faça a inscrição por e-mail, como se as pessoas de mais idade tivessem a capacidade para o fazer. Quanto aos e-mails sem resposta, também é normal, e para tal existe o gabinete de cidadão, que responde a tudo e quem não tiver e-mail pode escrever uma carta ou escrever no livro amarelo. -----

-----No que concerne às consultas - que são marcadas e automaticamente desmarcadas pois o sistema não aceita consultas - também é normal pois alguém há-de ligar quando houver vaga na agenda. Portanto as respostas foram estas e sendo algo que os deve preocupar a todos, devem ter

aqui algum tipo de ação. Concluiu dizendo que não é normal que a população fique sem acesso aos cuidados de saúde por uma coisa que só considera como incapacidade de liderança pois se há uma unidade de saúde no concelho que funciona bem e outra mal, então o problema não é das pessoas, mas do Chefe.-----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* na sequência da intervenção do deputado Rui Prudêncio, alertou se não caberia à Câmara Municipal no exercício das suas competências e durante esta fase pandémica preocupar-se com a prestação dos cuidados de saúde no nosso concelho, estranhando que tenha sido a Comissão de Saúde a descobrir esta miséria, este estado calamitoso, pois aparentemente a Câmara Municipal desconhecia esta situação e não acompanhou o estado em que estava a prestação de cuidados de saúde em Torres Vedras durante o confinamento.-----

-----O *deputado municipal Antonio Carneiro* dirigiu-se ao presidente da mesa na qualidade de presidente da Comissão de Saúde, dizendo que, embora as frases não tenham aspas, mas tendo o colega Rui Prudêncio de certo modo, dado a entender que foram proferidas *ipsis verbis* como estão aqui, na sua opinião não é uma questão de falta de liderança, e uma vez que o cita, parafraseando Nietzsche, apetece-lhe dizer que o Centro de Saúde está morto, não é uma questão de liderança. Tendo os membros da Comissão, subscrito este texto tão contundente, tão miserável em termos do que foi o comportamento destes funcionários que pagam com os seus impostos, vão limitar-se a tomar conhecimento? Não há procedimento disciplinar para quem atua assim perante o povo português, pois se fosse um funcionário desta câmara que falasse assim a um utente, se calhar tinha um. Pois vê coisas escritas que custa a acreditar que técnicos superiores de um ministério, pessoas respeitáveis, tenham o desplante de dizer. Usando um português claro: “um pano encharcado na tromba”, é o que lhe apetece dizer, desculpando-se pelo uso desta expressão. Os colegas não lhes terem dado conhecimento disto e passarem agora todos a assobiar para o lado em relação a quem se comporta assim com eles e quem o disse tem de sofrer as consequências. Os membros da Assembleia representam os torrienses, foram tratados assim por estas pessoas, pelo que gostaria saber o que é que se pretende fazer pois este assunto não deve ficar sem resposta e superiormente deve ser dado conhecimento do repúdio do plenário para quem os trata assim. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* iniciou a sua intervenção dizendo parecer paradoxal e insólito, mas que estava completamente de acordo com o colega Rui Prudêncio e de certa forma com o colega Antonio Carneiro.-----

-----Referiu que foram que gozados e que a reunião foi um *non sense*. As perguntas eram concretas mas não obtiveram respostas nenhuma. Andaram a gozar com eles durante 4 horas. Sentiu que o diretor queria que tomassem de ponta a USF Arandis. Queria quase ter um alibi para a sua própria incapacidade. Não colocando em causa a afabilidade de nenhum deles, referiu que Dr. Moura foi mais explícito, explicando todo o procedimento clínico. Os demais, a única coisa que pareceriam

querer era que o presidente da Assembleia Municipal se atravessasse contra a USF Arandis, quase que arranjando um bode expiatório. Neste momento a saúde em Torres Vedras no centro de saúde e afins é o que os médicos quiserem. Marca não marca, vem não vem, não há diretrizes nenhuma. Os utentes pedem uma consulta e discricionariamente se o médico estiver bem disposto atende ou não atende, marca ou não marca e é um jogo de sombras. A Câmara Municipal como órgão executivo tem de fazer alguma coisa senão fica tudo igual. -----

-----Prosseguiu referindo que a situação está horrível, independente dos senhores Presidentes de Junta dizerem que aparentemente está bem. Mas não está nada bem. É completamente discricionário. Conclui dizendo que é o presidente da Câmara e o Executivo que diariamente estão nestas coisas e não sabendo se ultrapassa as competências, lembrou que o seu antecessor dizia que em tudo o que se passa no concelho a Câmara tem de ter intervenção. -----

-----A *deputada municipal* **Susana Neves** como elemento da Comissão e presente na reunião quis também deixar o seu contributo de uma forma mais técnica relativo à recolha de dados obtidos. Disse ser notório a inexistência de um fluxograma que operacionalize o pedido da consulta até à sua obtenção, pelo que, as consultas são desmarcadas sem critérios rigorosos e a sua remarcação depende do profissional médico avaliar se o doente ou se a consulta é ou não prioritária. Existe uma insuficiente comunicação com os beneficiários do SNS, ficando o utente que é menos letrado, mais idoso, mais dependente e sem retaguarda familiar, mais facilmente excluído do acesso aos cuidados de saúde primários. Disse ainda que com a pandemia COVID, não foi pré- definida uma linha prioritária a grupos de doentes vulneráveis e de risco, ou seja, doentes cardíacos, renais, oncológicos, com mais de duas doenças crónicas, a aguardar transplantes e cirurgias complexas, bem como doentes com doenças de prognóstico evolutivo. Esta linha de atendimento prioritária é deixada à ética individual de médico, sendo este que considera o doente como de risco e decide a forma de contacto para acompanhamento. -----

-----Prosseguiu referindo que há médicos que realizam teleconsulta, na compensação da suspensão das consultas presenciais dando o exemplo do Dr. Joaquim Moura. No entanto outros médicos não integram este método nas suas práticas clínicas, sendo as consultas de adultos e de agudos as mais lesadas com a pandemia COVID. A primeira pelas desmarcações que tiveram sujeitas e as segundas, pela redução de carga horária, que passou de 4 para 2 horas diárias de atendimento sujeitas a uma triagem. Ou seja, o doente desloca-se no dia no referido horário de consulta de agudos e pode ter de aguardar até 72 horas para obter uma resposta de atendimento, o que leva a recorrências às urgências do Centro Hospitalar o que é sem dúvida de evitar. -----

-----Alertou que as equipas de cuidados continuados integrados, não conseguem responder a admissões de novos utentes, afetando assim os doentes com necessidades reabilitativas no domicílio e as próprias altas hospitalares dos doentes, que ficam comprometidas. Deu ainda nota

que não ficou perceptível se existe o levantamento real dos utentes crónicos em contexto de isolamento e sem resposta familiar e se estes utentes quando sinalizados já não o serão tardiamente e que ainda não foi reaberta a consulta da saúde oral. -----

-----Concluiu dizendo que há um caminho por realizar com a rede dos cuidados de saúde primários, e compreendendo que a pandemia COVID é prioritária no seu acompanhamento e mitigação, não pode e não deve ser servir de desculpa ao bom funcionamento aos cuidados de saúde primários porque estes não podem perder a sua missão interventiva.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Jacinto*, começou por dizer que por educação e formação não gosta de falar das pessoas quando não estão presentes e se iria limitar a falar de comportamentos e de processos. Comportamentos, incompetência e ligeireza, do primeiro ao último momento em que esteve presente na reunião. Parecia surreal, nem parecia que estavam a tratar de uma coisa tão séria como é a saúde de todos e de cada um, excepcionando o Dr. Joaquim Moura que demonstrou ser um profissional de gabarito, preocupado com os seus pacientes e interessado em dar explicações aos leigos presentes, como ele próprio, sobre as suas práticas. Quanto aos restantes senhores, não vê qualquer condição para que a saúde dos nossos munícipes seja tratada e gerida por aqueles senhores. -----

-----Conclui alertando que população do nosso concelho, do nosso país, não tem valências informáticas, é ainda infoexcluída, tem idade avançada e não é por isso que tem de se estigmatizada, não pode ser discriminada e principalmente não pode ser gozada. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* lembrou que há uns meses o CDS, na Assembleia Municipal, se mostrou muito preocupado com um caso que veio a público e na altura ninguém se preocupou sobre isso, mas a situação atual demonstra que tinham razão. Relembrou que contrariando a lei que diz que qualquer cidadão pode escolher o seu centro de saúde e o seu médico de família, alguém decidiu repartir à sua boa maneira, como muito bem quis, sem dar cavaco a ninguém, uma repartição conveniente dos nossos utentes pelos centros de saúde da área de residência. Alertaram na altura que se não houvesse nada a fazer, iriam perder muito tempo, iriam chegar ao estado em que estão hoje, pelo que é a triste evidência do que preconizaram no passado.

-----Disse ainda e referindo-se à intervenção do deputado António Carneiro que se revia naquilo que disse do “pano encharcado”, porque é aquilo que lhe apetece fazer, se não for com um pano é com uma esfregona, qualquer coisa do género. -----

-----Se a Câmara, o Executivo e a Assembleia não tomarem conta para fazerem algo, isto não se resolve. Ou porque não há médicos, ou porque não há concursos, ou porque os médicos não vêm, ou porque não há internato, ou porque isto ou porque aquilo, alguma coisa tem de ser feita. E têm de ser feitas duas coisas. A Comissão de Saúde, apresentar à Câmara e ao seu Presidente mais soluções e a Câmara e o seu presidente estarem mais atentos e mais recetivos às propostas da

Comissão de Saúde. -----  
-----Concluiu dando nota que não se irá resignar e que o CDS está disponível para fazer um pacto, despir a camisola partidária para que se possam ser encontradas soluções. Porque hoje é o Partido Socialista que está no Governo, um dia serão outros, os problemas irão persistir, e quem perde são todos eles, não há outra maneira de poderem ultrapassar esta situação se não forem todos em conjunto, independentemente das conveniências da altura. -----O **presidente da Mesa** deu nota que na reunião com a Dra. Elsa Baião foi dito que um terço dos médicos em regime de prestação de serviço acumulam funções. Ou seja, têm a “garantiazinha” do vínculo à Administração Pública e nos buracos do seu horário, vão fazer prestação de serviço a ganhar três vezes mais. Prosseguiu dizendo que há aqui de facto uma desregulação que explica muita coisa e há um papel extremamente deletério da Ordem dos Médicos.-----  
-----Frisou que a reunião incidiu sobre o funcionamento na cidade onde há 20 médicos e 18 enfermeiros, e o COVID tem as costas largas pois absorve todos aqueles profissionais, pelo que às tantas se interrogam se estes profissionais estão todos ocupados com este número reduzido de doentes COVID, quando ainda existe uma outra estrutura para atender os doentes COVID que é a estrutura hospitalar com um serviço de urgência e um serviço de internamento. -----  
----O que o preocupa mesmo é a autonomia administrativa das USF, pois é dessa autonomia organizativa que vem esta famigerada questão de serviços encerrados. Em tempo de crise, serviços de saúde, de cuidados de saúde primários, encerrados é inqualificável, é o escândalo dos escândalos. O Ministério da Saúde no contexto da Pandemia devia ter pegado na legislação e alterá-la a título excecional e neste período de guerra - foi dito tantas vezes que se está em guerra - a legislação era alterada, citando ainda parte do relatório da Comissão.-----  
-----Concluiu alertando que estas duas USF eram entendidas pela generalidade dos utentes como as meninas dos olhos dos torrienses cidadãos. Toda a gente dizia bem do funcionamento das USF, sendo esse o nosso grito junto daquela gente: “não deem cabo das USF”.-----  
O diretor executivo que não é médico, não dirige nada no que respeita ao pessoal médico e em tempos de crise é este o resultado. Só por mero acaso é que as coisas tomam outro rumo e aqui o Governo tem responsabilidades. Esta gente anda em autogestão, ponto final. -----  
-----O **presidente da Camara** referiu que tem acompanhado o processo sendo certo que as dificuldades e constrangimentos que se vivem fruto do COVID não justificam tudo. Sabe, decorrente dos contactos que tem tido, com o diretor executivo do ACES e com o diretor clínico que tem havido dificuldades na gestão do modelo a partir do momento em que o COVID foi dado como prioridade. Pararam e agora retomar é que está a ser mais difícil, apelando a alguma paciência face à circunstância que se está a viver e poderem neste modelo de diálogo com quem tem essas responsabilidades, melhorar nalguns aspetos -----

-----Referiu que se vai criar no topo nascente do Centro de Saúde o centro COVID, essa infraestrutura depois vai funcionar como CDP, fruto também do protocolo com a ARS e com o ACES, melhorando a prestação desse serviço. Conclui referindo não estar tranquilo, mas há um conjunto de contingências, muitas delas difíceis de ultrapassar, face a um conjunto de circunstâncias que cada um também já teve oportunidade de citar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**7 - PROPOSTA N.º 35/CM/2020 – AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO E FIXAÇÃO DE CONDIÇÕES GERAIS PARA “UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - PARA CONCEÇÃO, CONSTRUÇÃO/ADAPTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM FUNÇÕES DE APOIO DE PRAIA, NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS”:** -----

-----Presente ofício número 2837 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 23/06/2020, onde informa que no âmbito do quadro de transferências de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do estado ao abrigo do artigo 19.º, da Lei n.º 50/2018, de 16/08 e concretizado pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, o Município de Torres Vedras assumiu na íntegra todas as competências mencionadas neste, das quais realça a alínea a) do ponto 3, do art.º 3.º, que refere que compete aos órgãos municipais “Concessionar, licenciar e autorizar infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares, bem como as infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis;” -----

-----Informa ainda que, nesta sequência, a câmara em sua reunião de 23/06/2020 deliberou por unanimidade, aprovar, nos termos das alíneas qq) e ccc) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, o procedimento concursal por lotes para atribuição de concessão da utilização de recursos hídricos, para conceção, construção/adaptação e exploração de equipamentos com funções de apoio de praia, no Concelho de Torres Vedras para 8 lotes atualmente com concessões a atribuir: -----

-----Lote 1 - corresponde à conceção, construção e exploração de um apoio de praia simples (APS) para a Praia da Mexilhoeira, com a referência TV-P6. -----

-----Lote 2 - corresponde à conceção, construção e exploração de um apoio de praia completo (APC) para a Praia do Amanhã/Vigia, com a referência TV-P7. -----

-----Lote 3 - corresponde à conceção, reabilitação e exploração de um Equipamento com funções de apoio de praia (EAP) para a Praia do Mirante, com a referência TV-P8. -----

-----Lote 4 - corresponde à construção e exploração de um Equipamento com funções de apoio de praia (EAP) para a Praia de Santa Cruz Centro, com a referência TV-P12. -----

-----Lote 5 - corresponde à construção e exploração de um Equipamento com funções de apoio de praia (EAP) para a Praia de Santa Cruz Centro, com a referência TV-P12. -----

-----Lote 6 - corresponde à construção e exploração de um Equipamento com funções de apoio de praia (EAP) para a Praia de Santa Cruz Centro, com a referência TV-P12. -----

-----Lote 7 - corresponde à conceção, construção e exploração de um apoio de praia simples (APS) para a Praia Formosa, com a referência TV-P15. -----

-----Lote 8 - corresponde à conceção, construção e exploração de um apoio de praia completo (APC) para a Praia da Foz do Sizandro, com a referência TV-P18. -----

-----De conformidade com o deliberado pelo executivo, remete o processo em título para efeitos de autorização para celebração de contrato de concessão e fixação das respetivas condições gerais descritas nos respetivos cadernos de encargos. -----

-----O **presidente da Câmara**, deu nota que após muitos anos sob tutela da Agência Portuguesa do Ambiente no que se refere às concessões das praias, no âmbito do quadro de transferências para o município no domínio da gestão de praias marítimas, a autarquia decidiu lançar um conjunto de procedimentos concursais para 8 lotes, fazendo votos que estas 8 novas concessões possam dignificar e qualificar a costa torriense nos apoios de praias entre a praia da Mexilhoeira e da Foz do Rio Sizandro e que se insere na estratégia que têm vindo a desenvolver para a costa, depois do investimento no espaço público. Estimam em termos global o valor de 3 milhões de euros, com diferentes horizontes temporais nos vários lotes em função da tipologia do investimento, tendo a esperança que os concursos não fiquem desertos, tendo em conta a procura que registaram sobre estes apoios de praia. -----

-----A **deputada municipal Dina Almeida** disse que o PSD se congratula e dá os parabéns à Câmara Municipal, por esta iniciativa, no sentido de que realmente é preciso dinamizar Santa Cruz e estes apoios podem ser uma excelente opção face ao investimento que foi feito e muito bem em espaço público. Quanto ao apoio de praia da Formosa, pelos elementos fornecidos não conseguem perceber qual a sua localização concretamente, uma vez que no Mirante fala em construção e reabilitação do espaço existente e nesta praia não vem especificado.-----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que está prevista a cota alta em cima, por baixo do estacionamento. -----

-----De novo no uso da palavra a **deputada municipal Dina Almeida**, questionou como irão conjugar este procedimento com a concessão do apoio de praia existente à cota da praia e solicitou também alguns esclarecimentos no que se refere à divisão da Praia de Santa Cruz Centro. -----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que a concessão existente é anual, com possibilidade de ser renovada anualmente se for esse o interesse do concessionário, sabendo que o mesmo quer investir no território e estando convicto que irá concorrer neste processo concursal e, discussão,



mas, se perder ficará com a concessão à cota da praia. Em termos de nadadores salvadores, ao dia de hoje, um é da responsabilidade da autarquia e o outro do concessionário e quanto às três concessões para Praia de Santa Cruz Centro informou que será partilhada em termos de nadadores salvadores e frente de praia. -----

----- A Assembleia Municipal, atentas a sua competência prevista na alínea p), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, deliberou por unanimidade autorizar concessão e fixou as condições gerais, descritas nos respetivos cadernos de encargos. -----

#### **8 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS:** -----

----- O **presidente da Mesa** fez um breve resumo de todos os processos, agendados para a autorização em título, tendo os mesmos sido votados de imediato uma vez que não se registaram intervenções. -----

#### **8.1- PROPOSTA N.º 31/CM/2020 – EMPREITADA DE SANEAMENTO DA SENDIEIRA – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:** -----

----- Presente ofício número 2654 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 15/06/2020 a remeter para efeitos de autorização para assunção de compromissos plurianuais, ofício relativo à abertura do procedimento que abaixo se identifica, sugerindo que o montante fixado para cada ano económico apenas possa ser alterado na sequência da repartição de valores aquando da adjudicação ou do saldo que se apurar na execução orçamental do ano anterior e desde que, em ambos os casos, o encargo global previsto não seja ultrapassado, de acordo com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 09/06/2020, com o valor total de € 113.207,00, assim distribuído: 2020 - € 103.773,60 e 2021 - € 9.433,00. -----

----- Tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais da empreitada de saneamento da Sendieira dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento com o valor total de € 113.207,00, ficando assim distribuído: 2020 - € 103.773,60 e 2021 - € 9.433,00. -----

#### **8.2- PROPOSTA N.º 36/CM/2020 – FORNECIMENTO DE BETÃO BETUMINOSO AC SURF LIGANTE E AC 14 REG LIGANTE (BC) PARA REPARAÇÃO DE DIVERSAS VIAS DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS – AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO N.º 7/2028 – CENTRAL DE COMPRAS DA OESTECIM, LOTE 10:** -----

----- Presente ofício número 2836 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 23/06/2020 a remeter de acordo com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião desse mesmo dia, e para efeitos de autorização para assunção de compromissos plurianuais, o processo em título relativo ao fornecimento em título a adjudicar à Sociedade Constradas – Estradas e Construção Civil, SA, pelos preços unitários propostos para os Produtos 1 e 2, tendo como limite o preço base de €

1.425.000,00, repartido do seguinte modo: 2020 – € 610.000,00 + IVA = € 750.300,00 e 2021 - € 815.000,00 + IVA € 1.002.450,00.-----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais do fornecimento de betão betuminoso ac surf ligante e ac 14 reg ligante (bc) para reparação de diversas vias do concelho de Torres Vedras – Ao abrigo do acordo quadro n.º 7/2028 – Central de compras da OesteCIM, lote 10 tendo como limite o preço base de € 1.425.000,00, repartido do seguinte modo: 2020 – € 610.000,00 + IVA = € 750.300,00 e 2021 - € 815.000,00 + IVA € 1.002.450,00.-----

**8.3- PROPOSTA N.º 37/CM/2020 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA “ATITUDE POSITIVA” NO ÂMBITO DA 2.ª FASE DO PROGRAMA ALUNO AO CENTRO:**-----

-----Presente ofício número 2832 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 23/06/2020, a remeter o processo em título de acordo com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo nessa mesma data, para efeitos de autorização para assunção de compromissos plurianuais, relativo à adjudicação dos serviços à ATV - Associação Académico de Torres Vedras, pelo valor global de € 174.646,00 acrescido de IVA, com a seguinte repartição da despesa: 2020: € 66.730,00, acrescido de IVA, 2021: € 73.800,00, acrescido de IVA; e 2022: € 34.114,0, acrescido de IVA.-----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a assunção de compromissos plurianuais da aquisição de serviços para implementação do programa “Atitude Positiva” no âmbito da 2.ª fase do Programa Aluno ao Centro pelo valor global de € 174.646,00 acrescido de IVA, com a seguinte repartição da despesa: 2020: € 66.730,00, acrescido de IVA, 2021: € 73.800,00, acrescido de IVA; e 2022: € 34.114,0, acrescido de IVA:-----

**8.4 - PROPOSTA N.º 38/CM/2020 – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO RAMALHAL, ATÉ AO MONTANTE DE €5.170.000,00:**-----

-----Presente ofício número 2855 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 23/06/2020, a dar conhecimento que na sequência das consultas formuladas sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, na sua reunião realizada no dia 14/05/2020, autorizou a contratação do empréstimo em título, pelo prazo de 20 anos, incluindo até 2 anos de período de carência de capital, com a instituição financeira Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras, com a taxa de juro indexada a Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,43%, prestações trimestrais com amortizações iguais e sucessivas de capital e isenção de todas as taxas, tendo sido solicitado àquela instituição bancária o envio da minuta do contrato de empréstimo e do plano previsional dos

encargos financeiros, o qual o executivo, aprovou em sua reunião de 23/06/2020. -----  
-----A Assembleia Municipal deliberou ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, por unanimidade autorizar os compromissos plurianuais de acordo com o contrato e respetivo plano financeiro previsional.-----

**9 - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS:**-----

**9.1 - PROPOSTA N.º 39/CM/2020 – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DE DIVERSAS INTERVENÇÕES NA REDE VIÁRIA MUNICIPAL, ATÉ AO MONTANTE DE €1.685.000,00:**-----

-----Presente ofício número 2834 da Câmara municipal de Torres Vedras de 23/06/2020 a dar conhecimento que na sequência da deliberação tomada pelo executivo em sua reunião de 26/05/2020 foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento da obra em título, até ao montante de € 1.685.000,00, tendo sido consultadas diversas entidades bancárias, tendo 5 delas, apresentado as suas propostas, tendo o executivo em sua reunião de 23/06/2020, deliberado selecionar a proposta apresentada pela Caixa Geral de Depósitos, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,73%, dado ser a entidade que apresenta o Spread mais baixo. -----

-----O **presidente da mesa** deu nota do valor envolvido no empréstimo e não se tendo registado intervenções, submeteu o assunto à votação. -----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a contratação de empréstimo de médio/longo prazo para financiamento de diversas intervenções na Rede Viária Municipal, até ao montante de €1.685.000,00 à Caixa Geral de Depósitos, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,73%.-----

-----Anota-se que se encontrava ausente Pedro Jorge da Vaza dos Santos.-----

**9.2 - PROPOSTA N.º 40/CM/2020 – EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA FINANCIAMENTO DA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS DESTINADOS A RESIDÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS, NO ÂMBITO DO IFRRU 2020, ATÉ AO MONTANTE DE € 420.345,50:**-----

-----Presente ofício número 2833, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 23/06/2020 a dar conhecimento que na sequência da deliberação tomada pelo executivo foi iniciado o processo tendente à contratação do empréstimo para financiamento da obra em título, até ao montante de € 420.345,50, foram consultadas diversas entidades bancárias, tendo 3 delas apresentado as suas propostas, entre as quais o executivo em sua reunião de 23/06/2020, deliberou selecionar a apresentada pelo BPI, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 1,675%, por ser a entidade que apresenta melhores condições, apesar do Spread não ser o mais baixo. ----

-----O **presidente da Câmara** esclareceu que há uma Rede Nacional de Residências Universitárias

através da qual celebraram um protocolo com o IPL - Instituto Politécnico de Leiria e Torres Vedras está nessa rede, tendo sido o empréstimo sido feito ao abrigo do IFRRU 2020 (Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas) que disponibiliza empréstimos em condições mais favoráveis face às existentes no mercado.-----

-----Neste âmbito os alunos do IPL têm a possibilidade de fazerem em Torres Vedras a sua residência universitária, que também serão abertas a estudantes que estudem em Lisboa. É uma forma de fazerem a reabilitação de edifícios no centro histórico, e uma aposta na revitalização do mesmo, através da criação de emprego e da promoção da habitação atraindo novos residentes. ---

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* disse que estavam a autorizar um empréstimo de médio longo prazo para execução de residências universitárias e compreendendo as palavras do edil e o alcance desta pretensão, questionou quando se prevê que as residências estejam operacionais e ainda, tendo em conta que se trata de um montante avultado, qual é o retorno que a Câmara Municipal espera ter a nível da revitalização do centro histórico e qual a expectativa que os jovens possam ali permanecer. -----

-----O *deputado municipal António Carneiro*, felicitou a Câmara Municipal por esta iniciativa, que considerou muito importante, podendo ser uma base para o futuro, tendo intervindo para questionar qual a capacidade de termos de quartos e camas. -----

-----O *presidente da Câmara* informou que de acordo com o seu cronograma a conclusão das residências está prevista para final do próximo ano e terá duas unidades com 12 camas. -----

-----A *deputada municipal Marta Geraldês* interveio no sentido de tentar perceber até que ponto as obras que serão feitas nestas residências, as quais espera que tenham procura, mas duvidando do mesmo e caso não tenham procura por estudantes, até que ponto os imóveis estarão preparados para um eventual arrendamento a jovens torrienses que se queiram fixar na cidade. -----

-----O *Presidente da Câmara* informou que estão a falar de duas unidades para fins específicos, compostas por quartos e cozinha comum, que resultou de uma candidatura ao IRFFR, tendo por isso que cumprir as regras estabelecidas na mesma. Contudo e face ao número de quartos que está em causa está convicto que rapidamente conseguem alcançar este objetivo. Em termos de renda também cumpre a legislação em vigor para esta matéria. -----

-----Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação. -----

-----Tendo presente a sua competência prevista na alínea f), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2012, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a contratação de empréstimo de médio/longo prazo para financiamento da reabilitação de edifícios destinados a residências universitárias, no âmbito do IRFFU 2020, até ao montante de € 420.345,50 ao BPI, com a taxa indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 1,675%, por ser a entidade que apresenta melhores condições. -----

-----Anota-se que se encontrava ausente Pedro Jorge da Vaza dos Santos.-----

**10 - PROPOSTA N.º 9/AM/2020 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** -----

-----Presente informação datada de 19/06/2020 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 8.079.444,64 e € 359.060,71 de dívidas a fornecedores, apresentando também um relatório de situação do município de Torres Vedras sobre o coronavírus (COVID-19).-----

-----A *deputada municipal Marta Geraudes* a iniciar as intervenções sobre este ponto questionou se as obras que estão a ser feitas na saída sul de Torres Vedras, na zona da Quinta das Marvãs, têm caráter municipal ou privado, tendo em conta o estado de um muro ali existente e da forma como foi feito o desnivelamento do terreno. -----

-----Questionou também se foi tido em conta uma sugestão que fez há algumas sessões atrás de haver um passeio pedonal até à nova paragem de autocarros de saída para Lisboa. -----

-----Reportando-se à obra do parque municipal do campo de jogos de Santa Cruz, deu nota que da última vez que por ali passou verificou que tinha algum entulho e sabendo que as crianças vão para o local no verão brincar, seria importante a autarquia assegurar a sua limpeza. -----

-----Sobre as obras do Matadouro, e apesar de já ter sido esclarecida pelo vereador do pelouro queria deixar a nota que a principal entrada norte da cidade tem tido bastante trânsito de manhã porque os carros só têm circulado num sentido devido ao tempo de cura daquele tipo de pavimento ser superior e daí a requalificação da via ter demorado mais tempo. -----

-----A *deputada municipal Rita Sammer* disse que a sua intervenção tinha a ver com o facto de o edil ter colocado água na fervura na indignação coletiva que foi dirigida à falta de liderança do Dr. António Martins e ao pandemónio vivido nos cuidados de saúde primários, achando importante acompanhar para perceberem, na sequência desta intervenção o que vai resultar, quer da Comissão de Saúde, quer desta Assembleia Municipal. -----

-----Relativamente à atividade municipal lembrou que no dia anterior o deputado municipal Nuno Henriques pediu ao presidente da Assembleia que fossem enviados a todos os membros um conjunto de documentos que receberam hoje, para dizer que será uma questão que vai merecer o acompanhamento muito próximo do PSD, referindo-se concretamente a conjunto de contratos, quer de ajustes diretos, quer de consultas prévias, que elencou pois considera importante ficar sinalizado: produção de eventos, €74.493,00, produção de suportes e vídeos e cobertura visual em março de 2020, quase € 62. 300,00, consultores de comunicação mediática €16.000,00, assinado a 27 de maio, consultoria desenvolvimento e implantação de estratégia de posicionamento na marca Torres Vedras, maio € 81.000,00, obras para o desenvolvimento de atividades da Fábrica das Histórias, Casa Jaime Umbelino, maio € 12.000,00, locação do acervo fotográfico de Eduardo Gageiro, final

de abril € 54.000,00, apoio para o tratamento e estudo deste acervo, maio €45.000,00, serviços de monitorização de órgãos de comunicação social, março, €27.900,00, serviço de direção artística de vários eventos, final de maio €48.000,00, elaboração de estudos de viabilidade económica financeira para a criação do centro de artes e criatividade, final de maio, €15.000,00, serviços de impressão da revista edição especial COVID-19, meados de maio €10.260,00, serviços de produção de ilustração animada para projeção inaugural no CAC, final de maio €10.600,00, e serviços de programação ciclo de cinema café com filmes, €6.500,00. -----

-----Reforçou que estes contratos totalizam quase meio milhão de euros, que era importante sinalizar porque passam aqui a vida a ouvir que o dinheiro, não é elástico, recusaram uma proposta do PSD referente a nadadores salvadores no valor de €60.000,00, com o argumento de que não havia dinheiro, e como tem sido hábito nas intervenções do PS fazerem algumas comparações, introduziu algumas notas de comparação, dizendo que este valor, corresponde ao triplo das verbas que foram transferidas para 8 das freguesias, 6 vezes mais do que a verba transferida para a Freiria, 5 vezes mais do que para a Ponte do Rol, superior à de A-dos-cunhados e Silveira e só inferior à da cidade. -----

-----O *deputado municipal Luís Carlos Lopes* aludiu à inauguração do Centro Florestal de Torres Vedras, na freguesia do Maxial, onde tem raízes, para sinalizar que é um exemplo interessante de descentralização de competências, esperando que este centro aqui permaneça, proporcionando assim algum movimento ao edifício que há 40 anos passou pela sua família e foi agora bastante melhorado. -----

-----No seguimento das intervenções do dia anterior sobre os movimentos pendulares para Lisboa pelo que percebeu da intervenção do edil, as carreiras estão a ser reforçadas, mas ainda estão a cerca de 50% do que eram antes da pandemia, o que faz com que o distanciamento social não esteja a ser cumprido e o reforço previsto para 4 de julho não será ainda o adequado. -----

-----Tendo por base a informação escrita em discussão, verificou que não elenca muitos arruamentos nem reparações de vias, esperando que sejam feitas algumas obras nesse sentido no verão e que a autarquia não fique à espera para 2021 por ser um ano eleitoral.-----

-----No que concerne à EN9 deu nota da sua satisfação pois está a ser recuperada e apesar de todos os dias se deslocar para Runa, não tem perceção que dali para a frente fique tão bem. Faltarão uma rotunda na parte industrial na entrada da Carvoeira, pensando que não terá a mesma qualidade que até ali, mas foi positivo esta requalificação ter sido feita, independentemente de ser com atraso. -----

-----Com base na exposição em título, o *deputado municipal Sérgio Jacinto* solicitou informação acerca da empreitada de reabilitação do Teatro-Cine e se está pensado retirar de onde estão as placas alusivas aos ilustres que por lá passaram depois da reabilitação, ou seja, o reposicionamento

das mesmas nos seus lugares originais. -----

----Quanto à instalação da central fotovoltaica no edifício da Câmara Municipal, uma ideia que aparentemente lhe parece muito positiva, questionou se a mesma poderá vir a ser replicada noutros edifícios do município.-----

----Relativamente à adesão de Torres Vedras ao Pacto Português para os Plásticos, solicitou esclarecimentos sobre o que se trata e o custo que eventualmente trará para o município. -----

----No tocante à assinatura do Protocolo de Cooperação com Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo com vista à construção de um edifício modelar de ampliação dos serviços prestados pelo Centro de Saúde de Torres Vedras, inquiriu se é aquele que já lá está ou se vai ser construído um outro e qual a utilização do mesmo depois, espera que a breve prazo, quando ultrapassarem esta questão da pandemia.-----

----Por último lamentou que às 24 horas de ontem tenham sido suspensas, no caso, concluídas, as medidas excecionais que a autarquia e bem, decidiu no âmbito da COVID, pois não estão em momento de acabar com a excecionalidade, porque infelizmente os dados assim o demonstram, lançando ao edil o apelo para que o Executivo reconsidere e faça uma reavaliação das ditas medidas e que eventualmente possa estendê-las, se não todas, pelo menos algumas delas, durante mais algum tempo.-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* anotou que no período antes da ordem do dia do dia anterior, o autarca da Carvoeira, falou sobre os trabalhos que estão a decorrer da EN9 e sobre o magnífico estado em que a estrada está a ficar, mas há certas coisas decerto por lapso omitiu, que considera importante sinalizar, desde logo que continua a haver algumas deficiências, concretamente no cruzamento da Aldeia de Nossa Senhora da Glória, onde falta um abrigo para os autocarros à direita da via, para que os carros possam circular com normalidade e com segurança, que não lhe parece que tenha sido até agora acautelada pela Infraestruturas de Portugal e visto que o Presidente de Junta da Carvoeira referiu que o seu empenho nesta obra era total, devia interceder para que fosse resolvido.-----

----Ainda relativamente à intervenção deste autarca corrigiu-o quando disse que a obra seria para arrancar em 2021/2022 lembrando que estava prevista arrancar em 2020 e não arrancou porque o ex-ministro Mário Centeno fez cativações como fez em muitas outras coisas no país, mas agora era importante dizer que a obra esta cá e está para ficar.-----

----Concluiu a sua intervenção reportando-se a uma publicação de alguém do Centro de Saúde de Torres Vedras, num Diário de Notícias recente que passou a citar "o esforço incrível dos cuidados de saúde primários evitaram hospitais no limite", para dizer que não deve ter sido certamente no concelho de Torres Vedras, mas era bom saber destas coisas.-----

----Terminadas todas as intervenções foi dada a palavra ao *presidente da Câmara* para prestar

alguns esclarecimentos: -----

----- Quanto muro quinta da Marvãs o edil informou que se tratou de uma intervenção privada e neste momento não têm previsto qualquer intervenção adicional no local. Quanto ao Parque Municipal de Santa Cruz houve a necessidade de reformular o projeto que está praticamente concluído, fazendo votos que até final do presente ano possam lançar o processo concursal do mesmo para se reiniciar as obras. -----

----- Relativamente ao Teatro-Cine explicou que requalificação tem a ver com colocação de uma nova cobertura e melhorar aspetos de isolamento, mas não está previsto nesta ação voltar a colocar as placas, que estão no acervo do teatro, onde serão mantidas. Esclareceu ainda que têm mais de 10 edifícios municipais, nomeadamente, escolas com placas fotovoltaicas. -----

----- Sobre a questão da adesão ao pacto informou que visa poderem cada vez mais deixar de utilizar os plásticos, que consideram determinante a nível ambiental sendo um trabalho que estão a desenvolver e esclareceu que o edificio modular que irá ser construído a nascente junto ao Centro de Saúde, não é aquele que lá está instalado ao dia de hoje. -----

----- No que se refere ao programa extraordinário de apoio ao combate ao COVID-19 o Executivo Municipal temporalmente definiu um conjunto de ações, uma terminam justamente às 24 horas de hoje, nomeadamente na área da mobilidade - pagamento do estacionamento na cidade - mas terão a partir de amanhã, uma nova ferramenta ao serviço dos utilizadores da cidade - “app da via verde à superfície” - que consubstancia um investimento da Promotorres, para facilitar a vida às pessoas. Com o desconfinamento as coisas vão evoluindo, na certeza vão ter que viver com o vírus, de acordo com a ciência, pelo menos mais dois anos, pelo que têm que se readaptar a modos e estilos de vida diferentes. -----

----- A terminar informou que o abrigo de passageiros em falta na EN9 referido é um dos que a Infraestruturas de Portugal ficou de desenvolver específico para aquele cruzamento.

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

#### **10.1 - INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:** -----

##### **10.1.1 - PROPOSTA N.º 10/AM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 9/11/2018).** -----

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal: -----

----- Ofício número 1979 de 19/05/2020: -----

----- 1 – Processo CT/125/2020 – Requerimento n.º 1082/2020 – Herança de Arlindo Antunes Craveiro – parcela de terreno, situada na localidade de Bemposta, Freguesia de ponte do Rol, com a área de 365 m2, a retirar do prédio urbano descrito na conservatória do registo predial de Torres



Vedras, sob o n.º 1797, da Freguesia de Ponte do Rol, e inscrito na respetiva e inscrito nas matrizes prediais de natureza rústica sob o n.º 92 da Secção H e n.º 84 da Secção H (parte), ambos da freguesia de Ponte do Rol, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 1.825,00, valor este arredondado para a dezena de euros imediatamente superior, nos termos do ponto 2, do art.º 38.º, do CIMI, passando o valor a ser de € 1.830,00. A parcela em causa destina-se a o alargamento das vias públicas conforme se passa a indicar:-----

-----Área de 165 m<sup>2</sup> a retirar do art.º rústico n.º 84, da Secção H, (parte) para benefício da Rua do Pardal;-----

-----Área de 115 m<sup>2</sup> a retirar do art.º rústico n.º 92, da Secção H, para benefício da Rua da Boavista;

-----Área de 85 m<sup>2</sup> a retirar do art.º rústico n.º 92, da Secção H, para benefício da Rua do Pardal. -

-----2 - Processo CT/126/2020 – Requerimento n.º ED/1084/2020 – Natália Maria Roque Santos Rodrigues Alves – Rua da Sede, Caixeiros – Freguesia de Silveira, com a área de 70 m<sup>2</sup>, a retirar do prédio descrito na conservatória do registo predial de Torres Vedras, sob o n.º 5880, da Freguesia de Silveira, e inscrito na respetiva matriz predial rústica, sob o artigo 9.º da Secção V, da referida freguesia, para alargamento da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 350,00. -----

-----Ofício número 2656 de 15/06/2020:-----

-----1 – Processo ED/10/2020 – Requerimento n.º 136/2020 – Igor Miguel Brás Santos – parcela de terreno situado na Rua D. Bernarda, em Galpeira, na Freguesia de Ventosa, com a área de 82,00m<sup>2</sup>, a retirar do prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Torres Vedras, sob o art.º 5065, da Freguesia de Ventosa, e descrito na matriz sob o artigo 33, secção K, da mesma freguesia, para requalificação da via pública, à qual foi atribuído o valor de € 5,00/m<sup>2</sup>, perfazendo um total de € 410,00.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **10.1.2 - PROPOSTA N.º 11/AM/2020 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DE 30/11/2018):**-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre atribuição de apoios às freguesias:-----

-----Ofício número 2655 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 15/06/2020 - deliberação do Executivo de 09/06/2020: -----

-----Freguesia do Ramalhal: € 12.120,00 - Aquisição de viatura (2.ª última tranche);-----

-----Freguesia da Ventosa: € 15.000,00 - Aquisição de giratória (última tranche); e -----

-----Freguesia do Turcifal: € 4.500,00 - Realização de trabalhos de pintura em diversos locais da freguesia (diversos espaços públicos e sedes de associações locais).-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**11 - PROPOSTA N.º 30/CM/2020 - ALTERAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – CHEFE DE DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO:** -----

-----Presente Ofício número 2282, da Câmara municipal de Torres Vedras de 29/05/2020 a informar que deliberação da assembleia municipal de 02/05/2018, foi aprovada a constituição do júri do procedimento concursal em título, o qual ficou assim constituído: Presidente: Sérgio Simões, à data assessor na área de gestão, direção e administração dos S MastV; Pascoal de Almeida, chefe de divisão de exploração de água e saneamento dos S MastV; Isabel Policarpo, à data chefe de divisão de infraestruturas e obras municipais da CMTV. Na sequência de notificação daqueles Serviços Municipalizados, a segunda vogal designada para o efeito, veio declinar o convite, pelo que a câmara em sua reunião de 26/05/2020, de acordo com a deliberação do conselho de administração, deliberou propor à assembleia municipal a designação da Diretora Delegada dos S MastV, Sandra Pedro, para integrar o júri do referido procedimento concursal, em substituição da Isabel Policarpo.

-----O **presidente da Mesa** lembrou que a Eng.ª Sandra Pedro (diretora delegada dos S MastV) é superiora hierárquica do Eng.º Pascoal, não lhe parecendo correto que vá substituir a eng.ª Isabel Policarpo, sem uma permuta de lugares, fazendo essa proposta de alteração. -----

-----O **presidente da Câmara** disse que nada tinha a opor à alteração sugerida. -----

----- A **deputada municipal Rita Sammer**, no uso da palavra indicou também nada ter a opor.-----

-----Depois disse que a sua intervenção visava a alusão que o edil fez quanto ao facto de Eng.ª Isabel Policarpo já não estar na Câmara Municipal, mas faz ainda parte do quadro, o que não era razão de não fazer parte do júri, contudo, referenciando a sessão de 29 de novembro do ano transato, que não foi devidamente esclarecido, recordou o assunto, citando a ata no que se refere à resposta do edil ao pedido de cessação da comissão de serviço da chefe de divisão em causa. ----

-----Acrescentou que na altura estranhou a reação do edil e foi tentar perceber, tendo apurado que a Eng.ª Isabel apresentou uma carta de demissão em setembro e saiu porque considerou que não estavam reunidas nem protegidas as condições necessárias para a realização na sua divisão, de um trabalho de qualidade e adequação ao serviço público e que atenta ao processo de descentralização havia insuficiências de recursos humanos plasmados na nova orgânica da Câmara Municipal.-----

-----Assim, questionou quais foram os contributos que a Chefe de Divisão deu para o processo de descentralização, recordando que foram informados no plenário que nada havia a opor por cada uma das chefias tendo sido algo que os confortou na tomada de decisão, em que sentido foi expressa esta preocupação e porque foi desconsiderada, bem como, a que nova orgânica se referia, uma vez que o edil hoje falou de uma nova visão estratégica e subitamente houve mudança do rumo

quanto aos resíduos urbanos. -----

----- Não se registando mais intervenções passou-se à votação.-----

----- Atenta a sua competência prevista no disposto no artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a alteração do júri do procedimento concursal para o cargo de direção intermédia de 2.º grau – chefe de divisão de construção e manutenção de infraestruturas dos serviços municipalizados de água e saneamento que ficou assim constituído: Presidente: Sérgio Simões - Vogais: Sandra Pedro (diretora delegada dos SMASTV e Pascoal de Almeida (chefe de divisão de exploração de água e saneamento dos SMASTV). -----

----- Anota-se que se absteve Sérgio Jacinto. -----

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Augusto Carvalho, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 24:50 horas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---